

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Departamento Interdisciplinar

Vitor Hugo da Silva Oliveira

A produção do espaço no município de
Cidreira/RS: desenvolvimento e/ou crescimento
urbano?

Tramandaí

2020

Vitor Hugo da Silva Oliveira

A produção do espaço no município de Cidreira/RS: desenvolvimento
e/ou crescimento urbano?

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento
Interdisciplinar como requisito parcial
para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia

Orientador: Prof. Dr. André Baldraia

Tramandaí

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: OLIVEIRA, Vitor Hugo da Silva

Título: A produção do espaço no município de Cidreira/RS:
desenvolvimento e/ou crescimento urbano?

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento
Interdisciplinar como requisito parcial
para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia

Orientador: Prof. Dr. André Baldraia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Baldraia (Orientador)

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Julgamento:_____ Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Certamente foi mais um dos grandes desafios que encarei ao longo desta minha longa idade adulta, os desafios foram imensos superar o medo, o cansaço, as dúvidas, as resignações, assim como os impulsos de desistência, que me acompanharam durante este tempo, mas segundo o ditado popular a vitória só é digna para quem não desiste e supera seus próprios limites. Durante estas noites sem dormir, onde o café e o tabaco me acompanharam, buscava inspiração nas palavras do meu capitão Fernando Lucio da Costa “O Fernandão” campeão mundial FIFA, pelo meu glorioso Sport Club Internacional em sua preleção antes do jogo contra o Futbol Club Barcelona: “Ninguém chegou até aqui de paraquedas, para termos o direito de jogar esta partida passamos por grandes desafios, eles acreditam que não vamos conseguir, agora é a hora de darmos nosso 100% e se não for suficiente daremos 110,120% até a última gota de suor por si mesmo e pelos companheiros que estão ao seu lado”. Este foi meu mantra no momento de fraqueza, e cada jornada que superei, é como um troféu guardado em meus pensamentos e coração. Eu não cheguei até aqui de paraquedas, muita luta, dedicação, amor e perseverança trilharam minha jornada.

Quero agradecer a Deus e a minha mãe Iemanjá pela proteção espiritual.

A minha amada esposa, Tatiani Thiesen Julio, que acreditou nesta jornada desde do primeiro dia quando fui prestar meu vestibular, que chorou quando passei, e do seu jeito me erguia a cada derrota, sendo a única que acreditou e defendeu este sonho, comprando briga quando colocavam minha idade como empecilho e utilizando a mesma como piada. Amor sem sua força, fé e coragem ao meu lado seria impossível está vitória, que venho sempre acompanhada da frase, “vamos lá negrinho agora falta pouco” não teria conseguido, obrigado por estar ao meu lado e fazer parte da minha vida.

Agradecer ao meu filho Lucas Rodrigues Oliveira, que acreditou e vibrou comigo em todas as horas mesmo a distância e ser minha cobaia como aluno nas conversas das noites de verão, com nossas Heineken filho você ajudou a construir o caminho deste professor, te amo filho.

Ao meu fiel escudeiro meu filhote Vitor Hugo Thiesen Julio Oliveira, que enquanto tinha resistência varou parte da madrugada ao meu lado, claro junto com seus jogos do celular, creio eu que era somente um subterfugio para poder jogar até tarde da noite, mesmo assim obrigado “vitinho” pai te ama muito.

Aos meus pais, a minha mãe Terezinha Jesus da Silva que acompanhou esta jornada e torceu para meu sucesso.

In memoriam a meu amado pai, que certamente estaria feliz com esta conquista.

A turma da Geografia meus colegas, Carol, Elvis, Mariote e suas magicas, Esthefânia, Vitoria, Isac, Teteu, Berelo, muito obrigado pelos cinco anos de suas vidas compartilhados comigo. Se esqueci alguém é pelo cansaço e não pelo carinho que tenho por todos.

Aos todos os professores da URGs Campus Litoral Norte, em especial aos da CONGRAD, Geografia.

Meus agradecimentos em especial as pessoas da comunidade de Cidreira que ajudaram a construir este trabalho meu muito obrigado ao amigo: Darci Pereira da luz, Arquiteto Urbanista, Diretor de projetos da secretaria de obras, por sua paciência em mostrar as plantas e como Cidreira começou sua urbanização.

Ao amigo Raul Duarte da Silva, que disponibilizou grande parte das fotos deste trabalho, além de lembranças e fatos empíricos vividos pelo mesmo, sua ajuda foi primordial querido amigo.

Ao historiador Ivan Terra, que com seu livro foi um dos pilares deste trabalho.

Berelo! sua ajuda foi imprescindível na ajuda de preparar os mapas e domar o Arc Giz.

Ao engenheiro Luís do planejamento por todas as informações quanto a dados e plantas do município, as secretarias, funcionários das secretarias de educação, saúde, habitação, turismo e planejamento pela atenção e carinho na

coleta de dados e informações quando foi necessário. Para concluir, não poderia esquecer de dois agradecimentos em especial:

A professora Marlise Amália Reinehr Dal Forno, que além de uma excelente professora, sempre que pude estive ao meu lado, tanto na busca pelo conhecimento assim como mostrar os caminhos a percorrer dentro da universidade para concorrer a bolsas e projetos de pesquisa, todos sabem que sem isto é quase impossível se manter em uma universidade pública Federal. Obrigado querida amiga, levarei você e meu coração.

Ao meu Orientador, André Baldráia, acredito que Deus fez nossos caminhos se cruzarem nesta jornada querido mestre, mas acredito que sem você não conseguiria vencer esta batalha, não me arrependo um segundo se quer da escolha, sei maior do que entrei neste projeto não pela pesquisa, mas pelo conjunto de conhecimentos que aprendi, o maior dele foi o amigo que ganhei. Obrigado mestre.

“[...] É assim que as relações que os indivíduos mantêm com os lugares habitados – através de seus corpos – se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no acidental; momentos do cotidiano dos habitantes em sua relação com os lugares da vida. É desta forma que os lugares vão ganhando sentido através das apropriações vividas e percebidas através do corpo e todos os sentidos humanos. Como aponta José de Alencar, é através do corpo que o indivíduo vive o espaço, o que confere ao autor a possibilidade de inventar um novo verbo para expressar esta situação, que é o verbo espaciar. (CARLOS; 2007, p.43

RESUMO

O estudo procura avaliar como e quais foram os processos de produção do espaço urbano no município de Cidreira, situado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, analisando a expansão urbana, a partir dos investimentos públicos na malha viária e melhorias em setores essenciais para o atendimento da população. Para tanto, dividimos o período em análise em períodos menores que chamamos de ondas, uma analogia ao movimento contínuo e constante do mar. Analisamos algumas ações realizadas em cada um dos subperíodos, que chamamos de ondas, e seus resultados na expansão urbana, dos polos econômicos, que foram diversificando os serviços e atraindo novos agentes que contribuíram para a transformação do espaço no município.

Palavras-chaves: Cidreira; emancipação; expansão urbana; desenvolvimento.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MUNICÍPIO DE CIDREIRA	15
FIGURA 2 – MAPA SÍNTESE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM CIDREIRA/RS	28
FIGURA 3 – CIDREIRA – 1ª ONDA (1988-1992)	47
FIGURA 4 – CIDREIRA – 2ª ONDA (1993-2001)	57
FIGURA 5 – 2ª ONDA – EIXOS DE EXPANSÃO URBANA.....	58
FIGURA 6 - MAPA TEMÁTICO DAS VIAS DE ACESSO AO CENTRO	61
FIGURA 7 - MODELO DE CONSTRUÇÃO DOS QUIOSQUES NO CENTRO DE CIDREIRA	65
FIGURA 8 – PROJETO DO CALÇADÃO KANITÃ.....	67
FIGURA 9 - ESCOLAS, NO MUNICÍPIO DE CIDREIRA, POR PERÍODO DE INSTALAÇÃO.....	85
FIGURA 10 – 3ª ONDA – EIXOS DE EXPANSÃO URBANA.....	86
FIGURA 11 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE	89
FIGURA 12 – ANEXO 1 – MAPA DE SÍNTESE.....	106
FIGURA 13 – ANEXO 2 – QUADRO DE INTERVENÇÕES ESPACIAIS DETERMINANTES PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CIDREIRA/RS	107

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	21
TABELA 2 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS SEGUNDO OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA; COLETA DE ESGOTOS E DE LIXO – 2010, POR (%) DE DOMICÍLIOS.	21
TABELA 3 - PIB DO MUNICÍPIO DE CIDREIRA – 2012	22
TABELA 4 - ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE CIDREIRA - 2012.....	22
TABELA 5 - IDESE DO MUNICÍPIO DE CIDREIRA (2012)	22

LISTA DE SIGLAS

BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A

CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública

CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento

CPC - Cidreira Praia Clube

CRAE - Centro de Atenção ao Educando

CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EEEMF – Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental

EJA - Educação para Jovens e Adultos

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI - Escola Municipal de Educação Inicial

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

PSF - Posto de Saúde da Família

SAPC - Sociedade Amigos da Praia de Cidreira

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - AVENIDA MOSTARDEIRO CENTRO CIDREIRA; AS CASUARINAS NOS ANOS 80	18
FOTO 2 – REUNIÃO PRÓ-EMANCIPAÇÃO NO CIDREIRA PRAIA CLUBE (CPC)	44
FOTO 3 – INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA PREFEITURA DE CIDREIRA	48
FOTO 4 – VISTA AÉREA DA NOVA PREFEITURA DE CIDREIRA	48
FOTO 5 – CIDREIRA PRAIA CLUBE ANOS 80 E 90	50
FOTO 6 – ANTIGAS INSTALAÇÕES DO CPC.....	50
FOTO 7 – <i>CONDIÇÕES ATUAIS DO PRÉDIO ONDE FUNCIONOU A SAPC E DEPOIS DA UERGS.</i>	51
FOTO 8 - FOTO DE UM ANTIGO <i>POSTO TELEFÔNICO.</i>	53
FOTO 9 – INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA CONCHA ACÚSTICA	60
FOTO 10 – CONSTRUÇÃO DA CONCHA E PRAÇA JOÃO BECKER	60
FOTO 11 – A CONCHA ACÚSTICA.....	61
FOTO 12 – INÍCIO DA REFORMA DO CALÇADÃO NO CENTRO DE CIDREIRA.....	63
FOTO 13 – QUIOSQUES NOVOS NA PRAÇA JOÃO BECKER	66
FOTO 14– CONSTRUÇÃO DO CALÇADÃO KANITÃ.....	68
FOTO 15– FINAL DO TRAJETO INTERROMPIDO DO CALÇADÃO KANITÃ	68
FOTO 16 - CALÇADÃO JOÃO RIOS.....	69
FOTO 17– TRECHO DO CALÇADÃO KANITÃ	70
FOTO 18 – CONTINUAÇÃO DO CALÇADÃO, NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE	70
FOTO 19 – VISTA AÉREA DA ÁREA ONDE ATUALMENTE LOCALIZA-SE O SHOPPING ASUN, EM 1994	71
FOTO 20 - CONSTRUÇÃO DO SHOPPING ASUN	72
FOTO 21 – CENTRO COMERCIAL FRIDERICHS E SHOPPING ASUN	73
FOTO 22 - CIEP E.E.E.F. HERLITA SILVEIRA TEIXEIRA.....	74
FOTO 23 - O LIXO ACUMULADO NO ENTORNO DO ESTÁDIO SESSIM	74
FOTO 24 – REFORMA DO ESTÁDIO SESSIM, EM 2006	76
FOTO 25 – O ESTÁDIO EM UMA PARTIDA DO CAMPEONATO GAÚCHO DE 2007	76
FOTO 26 - AVENIDA FAUSTO BORBA PRATES	80

FOTO 27– IMAGEM DE IEMANJÁ.....	91
FOTO 28 – TERMINAL TURÍSTICO	91
FOTO 29 – LOJA QUERO-QUERO	93
FOTO 30 – NOVAS INSTALAÇÕES DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE CIDREIRA	94
FOTO 31– ENTRADA DO CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR.....	96
FOTO 32 – ENTRADA DO CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR	97
FOTO 33 – CASA CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR	97

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE TABELAS	9
APRESENTAÇÃO	14
TEMA E PROBLEMA	20
HIPÓTESES	20
INTRODUÇÃO	21
1) UMA REFLEXÃO SOBRE URBANIZAÇÃO	29
2) CIDREIRA: DE BALNEÁRIO DE TRAMANDAÍ À MUNICÍPIO EMANCIPADO	35
2.1 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O EXEMPLO DO MUNICÍPIO DE CIDREIRA.	36
2.2 NASCE O MUNICÍPIO DE CIDREIRA	43
3) A PRIMEIRA ONDA - (1989 – 1992): A NOVA ADMINISTRAÇÃO E A DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.	46
4) A SEGUNDA ONDA (1993 A 2001): AS GRANDES OBRAS E AMPLIAÇÃO DOS EIXOS URBANOS.	56
5) A TERCEIRA ONDA (DE 2001 ATÉ OS DIAS ATUAIS): OS INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: DESENVOLVIMENTO OU CRESCIMENTO?	81
5.1 AS NOVAS ESCOLAS E GINÁSIOS ESPORTIVOS NOS BAIRROS	82
5.2 OS POSTOS DE SAÚDE	87
5.3 AS MELHORIAS NA MALHA VIÁRIA SECUNDÁRIA	90
5.4 OS INVESTIMENTOS DOS AGENTES PRIVADOS	92
5.5 RODOVIÁRIA.....	93
5.6 CONDOMÍNIOS FECHADOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
BIBLIOGRAFIA	102
ANEXOS	106

APRESENTAÇÃO

A sexta-feira começou com uma temperatura elevada para aquela hora da manhã, eram 8:30 e os termômetros já marcavam 24º com previsão, que durante o dia elevação da temperatura poderia chegar aos 35º, 37º podendo subir ainda mais, avisava o Antônio Carlos Macedo, locutor do rádio no dial do carro.

- Dia quente queridos ouvintes, todos se preparando para mais um final de semana à beira-mar?.

Sua voz tinha um tom de felicidade e de descontração com as recomendações de praxe para os motoristas que pegariam a estrada.

- Não corram, dirijam com cuidado, o mar vai esperar, você vai chegar, etc.

Todos os prenúncios foram confirmados, o verão de 2015/2016, foi um dos mais quentes dos últimos anos.

Vamos, quero saber a previsão do tempo: vai chover? Vai ficar com sol e calor todo final de semana? Quantos carros vão descer para o litoral?

Era como se ele pudesse ouvir meus pensamentos angustiados. Chamava os repórteres nas praças de pedágio das rodovias que levam os motoristas a caminho do litoral, perguntando como estava o trânsito naquelas vias.

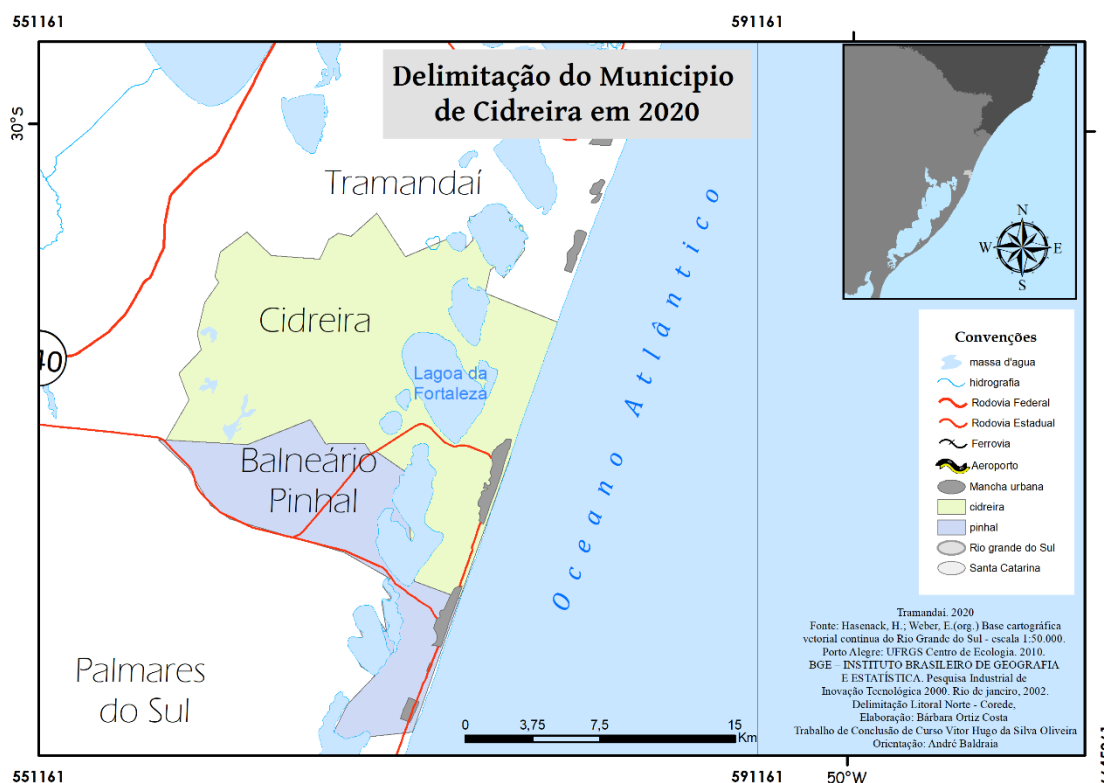
- Macedo: fala aí Marina, como está o fluxo de veículos no pedágio da *freeway*?

- Marina: fluxo ainda moderado, Macedo, podendo aumentar durante o decorrer do dia e no final da tarde. A previsão de 70 mil carros se deslocando para o litoral gaúcho, para as praias de Tramandaí, Capão da Canoa, Atlântida e demais praias da daquela região e o fluxo já é muito intenso, neste raio de dia, para quem vai para o litoral catarinense.

Eu seguia meu roteiro de costume, saía pela Manoel Braz de Lima (antiga rua Nordeste) em direção à Giacomio Carniel, a rua onde já estive as instalações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul). Dobrando à direita na esquina do posto do Charão, encontra-se a avenida que sempre foi uma referência no município, conhecida como a rua dos postos de gasolina. Outrora também fora do tabelionato, do cartório, desde os tempos do calçamento de paralelepípedos até sua duplicação

e asfaltamento. Passou o tempo, mas ainda tem seu glamour com lojas de eletrodomésticos, supermercados, restaurantes e hotel e nos dias atuais com a rodoviária como um dos principais acessos dos turistas vindos das mais variadas regiões para desfrutarem suas férias ou folgas de finais de semana a beira mar, ou passageiros diários que chegam e partem utilizando o transporte público, vindo das cidades vizinhas para trabalho ou a busca de serviços que o município disponibiliza.

Figura 1 - Município de Cidreira



Fonte: Secretaria de planejamento prefeitura de Cidreira

Mas, pelo visto vou me atrasar, pois vejo uma fila enorme em direção ao oeste. Dirigindo e “discutindo” com o locutor do rádio, quase que exigindo que ele falasse as notícias de meu interesse, eu resmungava.

— Bom dia, Juliane Esteves, como está o movimento na RS-040, em direção à Cidreira, Balneário Pinhal e Quintão?

Eu estava tão entretido pelas informações que ouvia no rádio que não percebi que estava parado na avenida Giácomo Carniel, próximo à rótula da avenida Fausto Borba Prates, ali houvera um acidente de trânsito.

Eu não acredito! Quem consegue bater o carro na praia? Tem que ser muito “barbeiro”! O movimento naquele trecho da Cidade havia aumentado, resultado das transformações espaciais ocorridas naquela área.

A melhoria na infraestrutura da malha viária, o asfaltamento das vias que dão acesso à rótula, o surgimento de um novo polo comercial que incluía o Shopping Asun, um posto combustível Petrobrás, o novo endereço do Banrisul que junto com o tabelionato e o cartório, transferiram seus serviços da avenida Giácomo Carniel para esta nova área. Todas estas transformações espaciais culminaram em um aumento no fluxo de veículos em um dos principais acessos do município, pois quem chegava pela RS-786 ou RS-784 acessaria a rótula indo para a Giácomo Carniel, a leste, ou para avenida Fausta Borba Prates, ao sul, em direção ao Balneário Pinhal.

Após liberar-me do imbróglio, segui meu percurso até o Shopping Asun, uma rede de supermercado que se instalou em Cidreira na década de 90, mais precisamente em 1994, ano que minha mãe e eu ali instalamos uma cafeteria restaurante e uma sorveteria. O Shopping Asun, que não era um shopping, e sim um hipermercado, chegou ao município trazendo uma modalidade comercial, e uma outra perspectiva de consumo para a população litorânea, muito comum nos grandes centros urbanos. Este tinha como âncora um grande supermercado e na parte externa em anexo centro comercial, um conjunto de lojas de vestuário, perfumes, sapatos e roupas, onde o cliente encontraria, diversos produtos do seu interesse além de tabacaria, e serviço de caixas eletrônicos. etc.

O Shopping Asun, estava localizado à margem da Rodovia RS-784, próximo a rótula da Giácomo Carniel, com avenida Fausto Borba Prates e a partir de sua instalação, em seu entorno foi construído um novo centro comercial além de outros pequenos negócios, e vendedores informais de vários produtos, que comercializavam desde abacaxi a palhetas de para-brisas para carro, CDs piratas, entre outros.

A expansão urbana desta região da cidade trouxe um conjunto de investimentos em infraestrutura vindos da prefeitura e da iniciativa privada para a população que residia nos bairros Parque dos Pinus, Nazaré e nas imediações do shopping. Comerciantes e investidores beneficiaram-se com o aumento do fluxo de veículos, e da circulação pessoas e viram uma grande oportunidade de aumentar suas vendas e aumentarem o lucro nos seus negócios. Muitos proprietários transformaram suas casas em pousadas, ou imóveis de aluguel, destinadas abrigar

os trabalhadores que, durante a temporada, chegavam em busca de emprego ou venderem suas mercadorias. Nas glebas de terrenos, que até aquele momento eram destinadas apenas como investimentos, passaram a receber algumas construções de salas e de prédios comerciais. Estimulando a abertura de pequenos restaurantes, com preços mais populares que àqueles praticados no Shopping, onde os valores estavam além recursos da maioria da população, um novo nicho de mercado começava a ser explorado, um circuito inferior da economia, na acepção de SANTOS (2006) que se adequava ao novo polo comercial.

A transformação espacial aconteceu de maneira muito rápida, beneficiou os bairros já consolidados e valorizou ainda mais suas glebas e prédios, mas este crescimento urbano também transpareceu as desigualdades sociais do município, formando novos núcleos habitacionais que podemos identificar com o surgimento de bairros periféricos, onde a população, de pescadores, trabalhadores da construção civil e informais começaram a se instalar, comprando glebas baratas ou apossando-se de áreas de domínio público que deram origem aos bairros Antena e Francisco Mendes (Chico Mendes) e a zona A na Costa do Sol.

Ao chegar em meu local de trabalho para abrir meu pequeno negócio, uma máquina de sorvete expresso, fiquei pensando no acidente ocorrido na rótula: quais foram as circunstâncias do acidente? Imperícia, desatenção, o aumento de fluxo de veículos ... será? Indagava-me entre uma venda e outra de cascão.

Àquela altura, em meu devaneio, tentava saber como um aluno do curso de licenciatura em geografia, qual o real tamanho do município, como ocorrerá tamanha transformação urbana. Meus pensamentos voltaram no tempo de quando eu o conheci a prainha na juventude.

A primeira vez que estive na praia de Cidreira foi no biênio do verão de 1985/1986, não sabia nada sobre aquela praia, sequer sabia se era cidade, município ou distrito. Vim por algumas motivações pessoais e aventureiras: primeiro o pensamento no mar e nas garotas. Eu era jovem, tinha 18 anos. A segunda motivação foi ter sido contratado para trabalhar como chapeiro em uma lancheria especializada em *cheeseburger* (ou Xis, para os gaúchos) chamado Disneikão e me apaixonei pelo mar e pela vida no litoral, passei parte da vida entre idas e vindas da “prainha” como é carinhosamente chamada por “nós”, os moradores locais, sejam de origem ou os adotados, como eu. Ainda lembro da avenida Mostardeiro que tinha seu encanto o

calçamento de paralelepípedos de mão dupla com um canteiro central tomados por frondosas casuarinas, árvores que não eram nativas, e foram plantadas para embelezamento e sombra para quem circulava ou descansava em bancos de madeira no canteiro central, bem diferentes dos dias atuais onde o cimento e o asfalto prevalecem com seus tons acinzentados. Mas muito além das casuarinas, a avenida Mostardeiro foi o primeiro centro econômico e social do então distrito e depois do município, local sempre foi ponto de encontro da população sejam moradores, turistas, encontro de o centro foi o durante anos o único polo comercial, administrativo, econômico e serviços do município.

Foto 1 - Avenida Mostardeiro centro Cidreira; as casuarinas nos anos 80



Fonte: cedida pelo acervo do clube, Cidreira Praia Clube (CPC)

As temporadas de verão das décadas de 80 e 90 eram bem diferentes das atuais: famílias inteiras se mudavam para a praia, tudo ocorria após o período escolar, que se encerrava no mês de dezembro. Deslocavam-se para as festas de final do ano e já se instalavam para a temporada de verão. Os retornos para suas cidades de origem ocorriam somente no final da temporada, com o início do ano letivo, que se iniciava no primeiro dia do mês de março do ano seguinte. O que podemos analisar é que os frequentadores de verão naquele período, eram de famílias e veranistas com um poder aquisitivo melhor, constituído por classe média e funcionários públicos, economicamente com grande potencial de consumo.

SANTOS (2014, p. 57) afirma que “[...] uma das características da técnica é ser universal como tendência”. E as técnicas são capazes de modificar e criar novos lugares e objetos ou alterar suas funções. O tempo passou e tudo se transformou: a cidade, as pessoas, os objetos, causando impacto no município. Para o morador

permanente nunca foi tarefa fácil sobreviver o ano todo quando se resolve fixar moradia no litoral. As dificuldades persistem atualmente devido à carência de políticas públicas em saúde, educação e segurança aliada a pouca qualidade em infraestrutura e os avanços tecnológicos principalmente na área de telefonia que permitem as pessoas acesso à internet que propicia uma comunicação mais rápida. Imaginem este cenário há três décadas atrás.

O balneário de Cidreira, até então distrito, tinha em seus moradores permanentes, que residiam durante a baixa temporada um povo resignado com os serviços prestados pela sede, foram estes que se mobilizaram e incentivaram os primeiros passos para começar o movimento emancipatório, a comunidade local incorporaram o movimento unindo-se aos outros grupos como comerciantes, pescadores, trabalhadores da construção civil, aposentados, e funcionários públicos em busca de um único objetivo emancipar Cidreira de Tramandaí.

Ao longo deste caminho, acompanhei o processo emancipatório do município, votei na primeira eleição para prefeito e nas demais, sempre acompanhando a transformação espacial, a expansão urbana que foi ocorrendo.

Assim, a partir daquela manhã do verão 20/12/2016, pensei em desenvolver um projeto para analisar a transformação espacial que ocorreu no município desde sua emancipação as melhorias em infraestrutura a expansão dos eixos urbanos e urbanização como eles foram importantes para diversificar os serviços e desta maneira atrair agentes com intenção de investir economia local capaz de gerar empregos e torna-la ainda mais forte para que pudesse dar sustentabilidade durante todo ano, e não somente nas temporadas de verão. O objeto deste estudo é analisar como ocorreu esta transformação do distrito de Cidreira, uma das praias mais antigas e amada pelos gaúchos, segundo ditado popular que diz “a praia mais amada do Rio Grande”, exaltado pela comunidade local. Como este jovem município, com ares de senhor, se preparou para este crescimento, e se houve desenvolvimento e quais foram as melhorias e os impactos sócios-espaciais, para população que escolheu este espaço geográfico como seu lugar para viver.

TEMA E PROBLEMA

Este trabalho tem como objetivo pesquisar a transformação e a expansão do espaço urbano no município de Cidreira, localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. As perguntas que esse trabalho procurou responder são pertinentes à geografia, devido à natureza espacial do fenômeno urbano, mas também são úteis para a compreensão das dinâmicas do desenvolvimento regional, tendo em vista o elevado crescimento demográfico no Litoral Norte e o adensamento das populações em áreas urbanas carentes de infraestrutura e serviços. As questões que movem este trabalho são duas:

Como ocorreu a expansão urbana do município de Cidreira?

O processo de produção do espaço urbano no município reforçou a segregação socioespacial?

HIPÓTESES

As hipóteses que proponho no estudo sobre as transformações espaciais do município de Cidreira pautam que a partir da sua emancipação alguns processos urbanos foram essenciais para a mudança estrutural e administrativa do município. A emancipação reforçou nos primeiros anos a proposta voltada para o turismo no período sazonal (verão), atraindo novos agentes privados, que diversificaram os serviços nas áreas de gastronomia, eventos culturais e shows, além das grandes obras impactantes que começaram a criar uma identidade para o município.

Uma segunda hipótese é o papel dos administradores que se sucederam alterando e diversificando os circuitos econômicos do município, nestes períodos pós-emancipação, a dinâmica ficou direcionada para o crescimento econômico e um avanço no desenvolvimento dos equipamentos públicos para atender a demanda da população durante os demais meses do ano. Ao estudarmos as ampliações dos eixos urbanos identificamos um aumento demográfico nas áreas de periferia como resultado além do aumento da pobreza e da vulnerabilidade social, o impacto ambiental que vem sobre as áreas de dunas a oeste do perímetro urbano. Estes fatores são claramente identificados no processo de transformação espacial do município de Cidreira.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a expansão urbana que ocorreu nos últimos 40 anos no Litoral Norte teve como influencia o grande número de emancipações que ocorreram no final da década de 80 e início da década de 90. Estes novos municípios, além da implementação de uma nova organização administrativa necessitavam de investimentos em infraestrutura urbana em equipamentos de serviço voltados para as áreas de saúde, educação, transporte, água e esgoto.

O município de Cidreira encontrava-se neste cenário pois mesmo com uma estrutura urbana já consolidada o distrito de Tramandaí, carecia de bons serviços para sua população que residia durante todo ano que segundo o IBGE (SIDRA), ultrapassava os 8000 habitantes (tabela 1) e para seus turistas e veranistas que na temporada de verão era muito grande e ultrapassava a capacidade dos serviços do distrito. A emancipação de Cidreira trouxe para o cenário além das políticas e de poder, atraiu vários agentes econômicos dos setores privados que participaram na construção e transformação do espaço geográfico da cidade.

Tabela 1 – População residente, por sexo e situação do domicílio

População residente no Município de Cidreira (RS)			
Sexo – Total			
Situação do domicílio	Ano		
	1991	2000	2010
Total	8967	8882	12668
Urbana	7639	8510	12260
Rural	1328	372	408

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, tabela 202 do SIDRA

Tabela 2 - Percentual de domicílios segundo os serviços de saneamento básico de abastecimento de água; coleta de esgotos e de lixo – 2010, por (%) de domicílios.

Município	Ligados à rede geral de água 2010	Com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica 2010	Com coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba 2010
Cidreira	90,91	48,03	98,25

Fonte: SIDRA/ IBGE/FEE, publicados no “Perfil Socioeconômico Corede Litoral”. (2015)

Tabela 3 - PIB do município de Cidreira – 2012

Municípios/COREDE/Estado	PIB R\$ mil	% do COREDE	% do Estado	R\$	Posição Estado
Cidreira	173.452,03	3,72	0,06	13.100,61	442

Fonte: SIDRA/ IBGE/FEE, publicados no “Perfil Socioeconômico Corede Litoral”. (2015)

Tabela 4 - Estrutura produtiva do município de Cidreira - 2012

Valor Adicionado Bruto					Estrutura%		
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agro	Ind	Ser
Cidreira	164.446	13.312	17.798	133.336	8,1	10,8	81,1

Fonte: SIDRA/ IBGE/FEE, publicados no “Perfil Socioeconômico Corede Litoral”. (2015)

Tabela 5 - IDESE do município de Cidreira (2012)

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE 2012								
Geral			Bloco educação		Bloco Renda		Bloco Saúde	
	Índice	Posição	Índice	Posição	Índice	Posição	Índice	Posição
Cidreira	0,648	418	0,598	408	0,589	341	0,758	474

Fonte: SIDRA/ IBGE/FEE, publicados no “Perfil Socioeconômico Corede Litoral”. (2015)

A proposta deste trabalho de pesquisa é analisar como ocorreram as principais transformações dos espaços urbanos no município de Cidreira, a partir do processo emancipatório, bem como suas diretrizes que passaram a vigorar nas leis de emancipação, na década de 80.

O município de Cidreira estava entre aqueles que se emanciparam, pois antes era distrito da cidade de Tramandaí. O trabalho de pesquisa analisa como ocorreram estas transformações e quais foram os eixos de expansões urbanas mais importantes no município de Cidreira e os impactos causados no processo de urbanização, a partir da emancipação em nove de maio de 1988 até os dias atuais.

Como resultado desta produção espacial, as melhorias sempre aparecem, mas a expansão urbana de Cidreira, acarretou muitos impactos negativos como surgimento de áreas de ocupação irregulares ou impróprias para urbanização a impermeabilização dos solos sem um estudo prévio dos impactos ambientais o soterramento dos córregos de vazão d'água, retiradas de áreas de dunas e a construção de casas em zonas de preservação ambiental, o aumento das áreas de periferias, e bairros irregulares.

A produção do espaço urbano está no cerne da discussão do mundo moderno e contemporâneo, muito das emancipações foram marcadas pelo seu forte contexto político. Pinheiro (2003) em seu artigo analisou que as emancipações, tinham como principal argumentação a melhoria para população local e direcionavam seus argumentos voltados para carência no âmbito da infraestrutura, a falta de empregos e o baixo poder desenvolvimento de suas regiões, quase sempre relacionados a falta de repasses financeiros além do desinteresse do município sede.

Este discurso escondia os motivos reais dos movimentos emancipatórios, como um grande iceberg ficavam encobertas as reais disputas em jogo no campo da política e dos grupos econômicos que disputavam desta nova composição territorial uma forma de aumentarem seus lucros, as emancipações tinham no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) uma fonte de recursos cativa, mantem os mesmos agentes públicos e políticos nas concessões e licitações que estão por começar, os lobistas entram em ação para continuar o jogo de poder, neste cenário a população é que tem as menores vantagens.

A cidade tem uma relação histórica com o capital desde a revolução industrial Sposito (1991), os agentes deste processo alteram-se conforme seus interesses e criando as normas e regras que determinam quem são os agentes ou grupo dominante. O ponto que autora se refere que dentro do tempo histórico, os grupos ou agentes estarão representados pelos donos do capital, e dos meios de produção, por investidores do mercado financeiros e setores imobiliários, grandes corporações da construção civil, os atores privados da sociedade como os profissionais liberais bem sucedidos que geralmente pertencem às classes sociais B e C, que procuram rentabilizar seus ganhos ou valorizar suas glebas dentro do espaço urbano e deste modo participar do mercado. E o grupo social dos excluídos que estão inseridos aos trabalhadores, a força produtiva e de consumo da sociedade, e da cidade

categorizada por Sposito (1996, p. 55), como mercadoria a ser negociada para compra, venda, aluguel de terrenos ou construção de novos objetos.

O Estado tem um papel relevante na produção do espaço urbano, segundo Corrêa (2001), estes interesses produzem múltiplos papéis, que estarão voltados para organizar o espaço geográfico, e social na forma jurídica (criação de leis, normas, postura) fiscais, como cobranças de taxas ou impostos, e melhorias do espaço através de infraestrutura que beneficiem outros agentes no desenvolvimento de uma determinada região. O Estado torna-se agente imobiliário produzindo nos espaços intraurbanos onde investe na produção de imóveis que beneficiaram grupos sociais variados, ou na meia produção criando empresas que exploram recursos naturais, ou em setores estratégicos da economia em áreas de energia e combustíveis. São múltiplos os papéis do Estado, esta multiplicidade acaba sendo compartilhada com outros agentes sociais. O autor afirma que

O Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam. Segundo SANSON (1980), a atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa. (CORRÊA, 2001, p.45).

A terra valorizada como mercadoria atrai muitos agentes dos setores privados com interesses de rentabilizar seus capitais, eles podem ser os proprietários fundiários, comerciantes, investidores que comprem glebas de terras em áreas distantes dos centros urbanos consolidados e ficam à espera da expansão dos eixos urbanos para obter lucros em seus investimentos.

Os agentes dos setores imobiliários e da construção civil, que planejam bairros residências que possam ser consumidos por determinados grupos sociais com potencial de compra de seus futuros loteamentos. Outro grupo são os das grandes redes do comércio varejista, que negociam vantagens fiscais como estado e seus gestores para instalarem suas filiais, todos contribuem para as expansões urbanas das cidades.

O interesse pelo uso do solo por parte destes agentes para recuperar seus investimentos nas áreas ou regiões escolhidas e desta maneira aumentar seus lucros. E quando estes são barrados por mecanismos de proteção diversos, na forma de leis e normas, que por vezes são ignorados, eles utilizam de elementos judiciais da

própria legislação para dar sequência aos seus projetos. Ignorando locais como as áreas de proteção ambiental as culturas locais como ribeirinhos, pescadores, povos originários, como as etnias indígenas, reservas históricas que expressam a representatividade cultural para muitas comunidades, quilombos entre outros. Estes processos urbanos que ocorrem nas cidades aumentam as disputas territoriais e são responsáveis pelas segregações socioespaciais e os conflitos no tecido urbano. O município de Cidreira, antes e depois de sua emancipação, não fugiu deste processo histórico de transformação do tecido urbano.

O trabalho analisou o processo de transformação urbana no município de Cidreira, identificando as principais mudanças dentro de períodos históricos independente das gestões. A forma de como ocorreu esta expansão urbana, e o uso do solo da cidade, possibilitará analisar se houve um planejamento urbano a partir da emancipação do município ou espaço geográfico foi se organizando a partir dos atores e grupos hegemônicos que se beneficiam e desta maneira acabam influenciando diretamente no crescimento e desenvolvimento urbano de Cidreira, em defesa de seus interesses próprios, palavras distintas dentro da lógica neoliberal para cidades.

MOREIRA *et. al.* (2015) analisam em artigo, a contribuição de SANTOS (1998; 2003), e sobre como suas teorias foram importantes para a entender a dinâmica na construção espacial e social das cidades e a importância que tem as políticas públicas quando são aplicadas com a participação das comunidades através do plano diretor participativo da cidade, e não especificamente aos grupos hegemônicos, afirmam que;

De fato, pequenos grupos hegemônicos locais dirigem o crescimento das cidades a partir do poder econômico e da influência política dele, obtida através de financiamento de decorrentes campanhas, de lobbies e da eleição dos próprios empresários de atividades imobiliárias que atuarão em função de interesses pessoais que, como regra, destoam da vontade popular. Tais grupos privilegiados ainda, utilizando da força econômica e de informações privilegiadas acerca das políticas públicas urbanas, obtêm espaços para especulação imobiliária e para a construção dos complexos residenciais, industriais, de negócios e de consumo, ditando, assim, a valorização e a desvalorização desses espaços urbanos. (MOREIRA; DANTAS; MARTINS, 2015, p.176)

O trabalho também analisou como ficaram os outros objetos já constituídos no espaço geográfico, como ficaram os centros econômicos, culturais e administrativos que existiam antes emancipação. Continuaram com papéis expressivos dentro do novo quadro que surgia ou perderam sua força durante esta transição de distrito para a esfera de município como afirma Santos (2014)

Cada objeto é, em si mesmo, um sistema funcionando sistematicamente. Um grande supermercado ou shopping center seriam incapazes de existir se não fossem servidos por vias rápidas, estacionamentos adequados e acessíveis, sistemas de transportes públicos com horários regulares e conhecidos e se no seu próprio interior, as atividades não estivessem subordinadas a uma coordenação, (SANTOS, 2014, p.219).

A cidade estava se transformando, o crescimento econômico e seu desenvolvimento vinham de um conjunto de investimentos técnicos e informal foram melhorando os serviços e, desta maneira, qualificando os objetos existentes ou construídos que foram incorporados aos novos centros econômicos, instalando-se e tornando-se importantes na expansão dos eixos urbanos, ao mesmo tempo eles complementavam e produziam melhoras aos polos já existentes, como melhoria nos prédios e no atendimento à população, que se beneficiava com a concorrência e a disputa pelos consumidores, desta maneira diversificando fortalecendo a lógica econômica do sistema capitalista que existente no município. Neste sentido Santos (2014), expressa;

O fato de que as transformações se dão ao mesmo tempo, nas vias e meios de transportes e comunicações, nas estruturas produtiva, nos hábitos de consumo, na forma de intercâmbio, nas relações de trabalho, na monetarização, nas formas de controle etc., tem efeitos cumulativos e acelerados sobre os processos de mudança, ao mesmo tempo em que os desequilíbrios instalados são mais profundos. (SANTOS, 2014, p.251).

Além disso, este crescimento urbano não ocorreu de forma igualitária e parte da população acabou sofrendo com estratificação espacial que na maioria das vezes acaba atingindo as classes com maior vulnerabilidade social e ficam excluída do acesso a novos espaços urbanos, seja pela distância ou por questões sociais, culturais e econômica de usufruir as mudanças que tornaram os determinados lugares inacessíveis pois foram sendo construídos para outro tipo de público tornando o município cada vez mais valorizado.

Em contraste a segregação espacial e social atinge principalmente os mais pobres, refletindo-se diretamente na habitação consequentemente empurrando esta parcela da sociedade para as periferias urbanas, em decorrência deste movimento foram as áreas que tiveram um aumento maior da ocupação do solo, regiões impróprias para moradia uma vez que estão em zonas de proteção ambiental. Contudo é notório que houve um aumento das periferias do município.

Autores como Sposito, (1991) Souza (2001) e Santos (2014) debatem que espaço social é um produto de relações sociais das pessoas seja através do trabalho, cultural, ou de classes, as cidades são como propulsoras destas relações, que por vezes acabam gerando conflitos e disputas territoriais. O poder do capital que determina a ordem e os interesses de desenvolvimento e sempre será necessário à mão de obra mais barata, à reserva de mercado para manter as relações de poder na mão de quem tem o capital.

Os capítulos a seguir analisaram como ocorreram as transformações urbanas no município de Cidreira e qual foi o resultado deste processo de urbanização em contraste com implementação do Plano Diretor previsto em lei a partir 2011. Proponho analisar o município em períodos históricos, que denominarei de ondas de transformações urbanas. A saber da metáfora, é uma alusão aos movimentos contínuos e constantes do mar, semelhante as cidades e sua constante metamorfose.

As transformações urbanas no município ocorreram de maneira bem singular e significativa em períodos históricos marcando o espaço e consequentemente suas relações sociais ora positivamente, ora negativamente, pois estas ondas de transformações ocorreram de maneiras diferentes, por vezes abruptas como uma ressaca com fúria, que alterou drasticamente a estrutura urbana de determinadas regiões do município, ou como ondas mansas que foram transformando de algumas áreas de maneiras homogêneas, outras com singularidade próprias, a partir desta comparação que definiremos por marcos temporais de grandes relevância e que alteraram a dinâmica do espaço urbano e suas funções, criaram símbolos e identidade para município a partir de sua emancipação até os dias atuais.

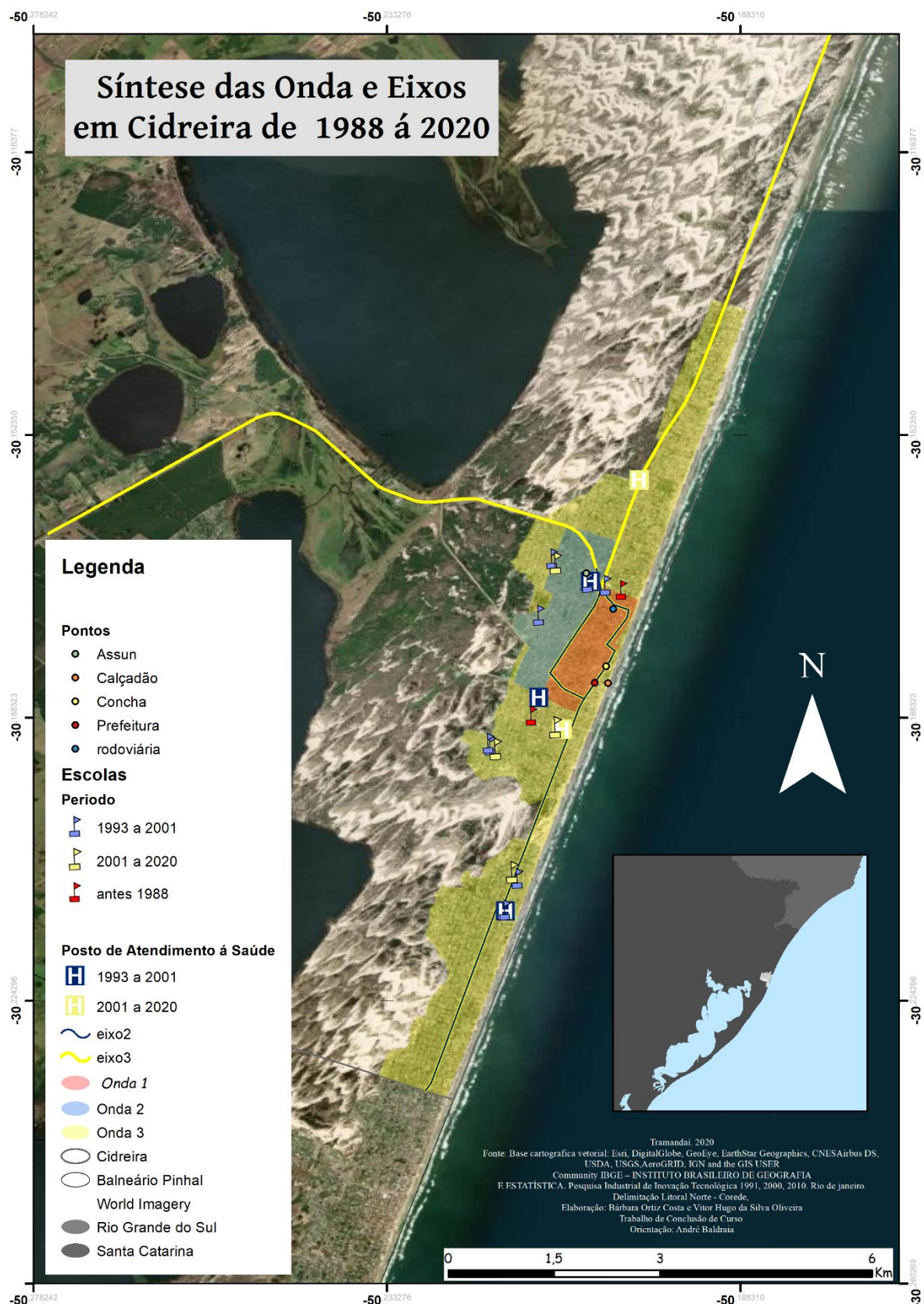


Figura 2 – Mapa síntese do processo de urbanização em Cidreira/RS

1) UMA REFLEXÃO SOBRE URBANIZAÇÃO

Este capítulo visa estabelecer um diálogo sobre a produção do espaço urbano, visto que este tema está no cerne da discussão do mundo, e intensificou-se nos séculos passados e vem ganhando mais projeção no período atual, principalmente nas últimas décadas. A reflexão tem como objetivo trazer um embasamento teórico acerca das transformações urbanas e a relação sócio-espacial, visto que o espaço e a sociedade convivem simultaneamente.

A geografia vem se dedicando ao estudo de temas como cidade, espaço urbano, urbanização estatuto da cidade, habitação ambiente, problemática ambiental urbana, movimentos populares, políticas públicas urbana, coordenando e estudando e desenvolvendo projetos em várias cidades. As reflexões deste capítulo sobre as dimensões espaciais que a propriedade privada ou direito da terra urbana como um dos elementos vetoriais de desigualdade

As cidades historicamente foram marcadas pelas suas capacidades técnicas inovadoras utilizadas nos meios de produção e por estarem sempre em transformação constante espacial. Em outros tempos, as cidades tinham na troca de mercadorias a sua sustentação econômica. As áreas dos mercados se articulavam como pontos centrais para o comércio dos produtos que eram produzidos artesanalmente, antes da revolução industrial, em processos arcaicos de escambos ou valores acertados no momento da negociação, eram também locais onde as pessoas, buscavam informações e socialização sobre os fatos que circulavam na região.

A partir das novas técnicas de produção em grande escala, a criação da Lei do Cercamentos (*Enclosure Acts*), no século XVI, que tratava da privatização da terra que eram de uso comuns dos camponeses e idealizadas pelos senhores feudais locais, estas mudanças transformaram as cidades no mundo após o surgimento deste novo modelo produtivo iniciado na Inglaterra no século XVII. Segundo SPOSITO (1991) no processo urbano nos dias de hoje.

A cidade é particularmente, o lugar onde se reúne as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. Seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez o ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro

investimento necessário á realização de uma determinada, produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho. (SPOSITO,1991, p. 64).

O processo de expansão urbana inicia-se na Europa com industrialização, fomentou o crescimento populacional das cidades que teve no êxodo rural uma das variáveis mais contundentes. Neste cenário a mudança no modelo produtivo que começou a ser intensificado pelo avanço tecnológico no campo aumentando. A produção agrícola e agropecuária necessitava de menos de mão de obra dos trabalhadores rurais e produtores independentes tiveram suas terras confiscadas pelo governo ou compradas por senhores mais abastados. Estas variáveis tiveram uma enorme contribuição para produção espacial nas cidades visto que as famílias foram expulsas de suas terras e partiram em busca do seu sustento procurando o trabalho nas fábricas.

A cidade a partir deste novo papel, voltado principalmente para a produção industrial, contribuiu para urbanização, pois as fabricas passaram atrair os trabalhadores em ritmo acelerado, o que acabou fortalecendo o capitalismo industrial.

No modo de produção capitalista, os donos do capital podem comprar todos os bens necessários para produzir que vai desde a matéria-prima ferramentas, maquinas e a força de trabalho segundo MARX, a chamada mais-valia e o aumento da produtividade, o crescente processo de urbanização nas cidades era necessário criar uma força de trabalho assalariado, visto que os trabalhadores são aliados dos meios de produção. O excedente capital vem a partir dos valores de uso e da demanda social, desta maneira aumenta seus rendimentos sobre a circulação da mercadoria produzida e consumida pela própria classe trabalhadora

As cidades industriais foram as grandes responsáveis por este processo de urbanização e expansão do sistema capitalista, segundo Spósito

As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo. (SPOSITO, 1991, p. 30).

As indústrias desde que instalaram utilizavam-se de recursos naturais, provenientes de uma determinada região lhe proviam, sejam os cursos hídricos,

minerais e/ou energéticos. Outro fator que era preponderante era a localização privilegiada, as quais facilitavam a circulação mais rápida tanto da mercadoria dos insumos para a produção. Estas indústrias alteram as formas espaciais através do investimento em infraestruturas que colaboraram para excedente de capital, desta maneira os donos dos meios de produção investem seus lucros em novas áreas nas cidades alterando as relações socioespaciais.

O desenvolvimento das cidades estimulou a demanda por moradias que se reflete nas formas de parcelamento do solo, fatiado em glebas e terrenos, com preços diferentes em razão de sua localização relativa.

Carlos (2007) aponta que os agentes que influenciam as transformações urbanas e alteram as formas de relações sociais são múltiplos e agem de acordo com seu interesse e as circunstâncias criando as leis que lhes favoreçam e que acabam se refletindo em uma forma de dominação que do espaço urbano das cidades.

Como decorrência da reprodução do capital (e do poder), um novo espaço tende a se criar em uma escala que transcende aquela do lugar, ligando os lugares à rede mundial como consequência da extensão do capitalismo, da ampliação do mundo da mercadoria e do aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho na busca de uma nova racionalidade de acumulação, baseada no emprego maciço do saber e da técnica no processo de produção material, bem como da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço e os usos do espaço através do controle, da vigilância. Com isso, reproduz-se uma realidade imposta através da “utopia da tecnologia” que tende a programar e a simular o futuro para continuar realizando a acumulação, (CARLOS, 2007, p.42)

A produção do espaço urbano é consequência de agentes sociais concretos que historicamente defendem seus interesses com estratégias e práticas próprias que tem contradições e são geradores de conflitos comuns entre eles e com a sociedade como um todo, e articulam-se dentro da dinâmica capitalista, criando mecanismos e processos que defendam seus interesses socio-espaciais. A partir desta linha de pensamento vamos refletir sobre alguns agentes sociais presentes na produção do espaço.

Quais são esses agentes e como eles se comportam a respeito das relações sócios-espaciais? CORRÊA (2001) afirma que existe os tipos ideais:

O primeiro ponto diz respeito aos tipos ideais de agentes sociais da produção do espaço. Considera-se como tipologia, ao menos como ponto de partida, a preposição de Corrêa (1989), na qual os

agentes sociais são quase sempre os mesmos de outras proposições. São eles os donos dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos dos excluídos. A partir de sua ação no espaço é produzido, impregnado de materialidade, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais, mas também de significados diversos, como aqueles associados a estética, status, etnicidade e sacralidade (CORRÊA, 2001, p- 44).

A disputa social do espaço urbano onde os interesses opostos acabam gerando uma série de conflitos e disputas entre os grupos em questão criando uma resistência justa, mas que dificulta o processo de crescimento urbano, visto que ambos defendem seus interesses. O processo de urbanização das cidades, gerou uma grande lacuna de desigualdade social, que deveria ser conduzida e mediada pelo Estado, que também tem seus interesses na transformação espacial das cidades.

O Estado no processo de urbanização tem o papel de regulamentar e propor as transformações do espaço urbano, como investimentos em infraestrutura viária, educação, saúde e segurança para todos os seus cidadãos. Mas o Estado, que é representado por governos transitórios cujas propostas, muitas vezes, representam apenas o interesse grupos do qual receberam apoio, financeiro para suas eleições acabam priorizando os interesses dos agentes citados, em nome do planejamento e desenvolvimento de suas cidades e da sua população.

Este fato decorre da valorização espacial da terra e do uso do solo, criando áreas nobres e áreas pobres, a depender da infraestrutura instalada e da proximidade ou facilidade de acesso a essas infraestruturas, que determinam as hierarquias espaciais entre os diversos locais.

O processo de segregação residencial das cidades é bem evidente, refletindo nas condições de moradia às diferentes classes sociais. De um lado, há os abastados, cujo poder aquisitivo mais elevado lhes garante melhores condições de moradia; onde os condomínios de luxo construídos em áreas nobres oferecem aos seus moradores infraestrutura, segurança e lazer, evitando que eles se misturem com os perigos além dos muros. O entorno destas áreas recebe muitas melhorias, por vezes sendo proporcionadas pelo Estado, melhorando o acesso viário de qualidade com calçamento, como parques e praças bem cuidados, ruas bem iluminadas e com segurança ou por agentes do setor privado que constroem shoppings e centros

culturais elegantes, para um público com capacidade de pagar e consumir os serviços que são instalados no local.

De outro lado, há uma outra parte da população, que forma o grupo social dos excluídos são aqueles que estão diretamente relacionados à divisão social do trabalho, são os indivíduos sociais excluídos, com maior vulnerabilidade social cada vez mais crescente nas metrópoles, e também nas grandes e médias das cidades do país. Onde o processo de expansão urbana ocorre através da exclusão das populações de baixa renda ou de vulnerabilidade social que serão alocadas em outras áreas remotas das cidades, sendo empurradas para as franjas urbanas das cidades, as periferias que não recebem de imediato a atenção do estado ou quando, isto acontece o núcleo urbano já está consolidado, pela própria população que ali instalou-se, sem nenhuma infraestrutura, sem rede elétrica sem água, partem para os arranjos ilegais como gatos, ruas e vielas com esgoto a céu aberto. A busca por melhores espaços urbanos faz com que estes agentes sociais se unam para lutarem por interesses comuns, desta maneira passam a reivindicar melhores condições de vida, sejam elas no campo material como, moradia, trabalho e segurança ou imateriais como saúde, educação e cultura.

Para Souza (2011) as características das cidades atuais, com destaque para as maiores, acabam por legitimar a segregação dentro do espaço urbano entre os diversos grupos sociais que convivem neles. A comparação em investimentos e como as diferenças se acentuam em relação a qualidade de vida, tem como consequências a resistência e conflito no processo de urbanização que torna as cidades áreas de disputas e onde o solo passa ser a moeda de troca e de exclusão.

Corrêa (2011, p. 47) constata a gradativa ampliação das áreas habitadas irregularmente, o que ele chama de “espaços vernaculares”, que se consolidam quando “entram em cena novos agentes sociais, como aqueles ligados à criminalidade e ao setor informal de produção de imóveis.” (CORRÊA, 2011, p.47)

Corrêa (2001) ainda ressalta que estes espaços geralmente estão vinculados a áreas periféricas das cidades improprias para habitação, onde os movimentos populares tornam este solo habitável para poder sobreviver no espaço urbano o autor afirma que

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou

informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problemas para uma enorme parcela da população. CORRÊA (2001, p-47).

Em suma os aspectos ambientais, culturais e étnicos, em nome do desenvolvimento, e dos grandes investimentos, a ampliação dos eixos urbanos muitas vezes não respeita os parâmetros e as legislações vigentes nas cidades, uma das consequências que isto traz para as áreas de proteção ambiental, os centros culturais e terras que pertencem a etnias negras, indígenas não necessariamente respeitadas, ou protegidas, assim como lugares históricos, sítios arqueológicos, sítios históricos e lugares com signos culturais e podem ser facilmente alteradas em prol dos grupos interessados em explorar estes espaços urbanos.

Um dos grandes problemas das cidades no Brasil e que não se restringe aos grandes centros urbanos, já chega a municípios de diversos portes, são os poderes paralelos como o tráfico e as milícias que vêm tomando conta das favelas e periferias do Brasil sucumbindo estes indivíduos a violência, morte e muitas vezes servindo a criminalidade em troca de moradia e sua vida. Vamos analisar essa situação no município de Cidreira. Foco de nossa pesquisa.

2) Cidreira: de balneário de Tramandaí à município emancipado

Este capítulo tem como objetivo de propor uma avaliação mais aprofundada de qual foi o percurso percorrido pelo então distrito de Cidreira, para emancipação de sua então sede o município de Tramandaí. Assim vamos analisar algumas das variáveis que influenciaram nesta transição de distrito para município. O estudo considera os movimentos da abertura política que ocorriam no país e a flexibilização democrática pós-ditadura militar, as mudanças na Constituição Federal e Estadual e seu papel nas alterações do território nacional.

A promulgação de uma nova constituinte em 1988, que ganhou fama por ser uma constituinte mais popular e democrática em substituição a Constituição de 1967 outorgada pela junta militar que se notabilizou ao longo do regime por ser extremamente austera impondo diversas restrições aos direitos civis para a população impondo inclusive uma lei de censura a lei AI5 e muitas leis ditatoriais.

A nova Carta Magna trazia esperança para o país tornando o mais democrático. A Constituição do Povo foi elaborada para ser mais justa, igualitária e conquistas populares representadas nos direitos sociais, políticos e políticas públicas, dos setores administrativos e desenvolvimento e fiscais, a grande conquista da constituinte foi a participação popular foi muito presente, bem menor que tinha havia sido prometido, mas aconteceu. Entre as alterações propostas pela nova constituinte, estava a mudança nas leis que definiam às emancipações dos entes federativos as novas leis que entrariam em vigor, proporcionariam uma maior flexibilização nas leis a estas alterações na Constituição no âmbito federal que possibilitaram a criação de novos municípios em todo território nacional. O distrito de Cidreira beneficiou-se com as mudanças na esfera Federal e nas novas normas e conjunto de leis na esfera Estadual dando início ao seu processo emancipatório.

Dividiremos este capítulo, em dois em duas partes, na primeira, focalizamos quais foram às mudanças na Constituição de 1988 e as alterações na Constituição do Estado gaúcho que contribuíram para que as comunidades pleiteassem pelas suas emancipações.

A Segunda parte vai analisar especificamente como ocorreu todo o movimento de emancipação do distrito de Cidreira.

2.1 O processo de emancipação na Constituição de 1988 e o exemplo do município de Cidreira.

A década de oitenta foi marcada por uma série de eventos políticos que mudariam mais uma vez os rumos do país, os ares democráticos tomavam conta do cenário nacional e um conjunto de mudanças ocorreram, com o movimento das “Diretas Já” Lançado pelo então senador alagoano Teotônio Vilela que foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984.

A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizou com a votação no Congresso Nacional através da emenda elaborada pelo então deputado federal Dante de Oliveira. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, tinha como objetivo alterar a Constituição de 1967, para que fosse realizada uma eleição pelo voto popular, mas foi rejeitada pelo congresso episódio que acabou frustrando as eleições diretas. A pressão popular foi muito intensa pelas eleições diretas, que não ocorreram pelo voto democrático, um movimento político dos organizadores, elegeu Tancredo Neves pelo colégio eleitoral, pondo fim à ditadura do regime militar de vinte e um anos.

O presidente Tancredo Neves não assumiria a presidência acometido por uma doença, acabou falecendo em 21 de abril de 1985, em seu lugar assumiu seu vice, José Sarney, dando início a um conjunto de reformas no país a mais importante foi a criação da nova Constituição do Brasil.

Os ventos de mudança continuaram e o mais marcante ocorreu com a formação comissão da nova constituição de 1988, formada então pelos 512 deputados eleitos no pleito de 15 novembro de 1986, mais 81 senadores, sendo que a nova Carta Magna seria elaborada com a participação de toda sociedade brasileira de todos os setores, tornando-se mais justa e igualitária para todo povo brasileiro.

No aspecto administrativo principalmente nas leis que permitiam a criação e administração dos municípios a Constituição de 1988 trouxe muitas mudanças que aceleraram os processos de emancipações em quase todos os

estados do Brasil. A flexibilização que a nova carta propunha em muitos pontos permitiram aos municípios uma maior autonomia fiscal, administrativa e política. No fator administrativo ter uma autonomia para gerir suas finanças e investimentos sem necessariamente depender ou pedir para Estado.

A mais importante foi aquela que os municípios adquiriram *status* como entes federativos, tendo como resultado dessas alterações o aumento no Fundo de Participação dos municípios (FPM) que proporcionou o aumento na arrecadação. Estes recursos obtidos mantem-se até hoje e são umas das principais fontes de arrecadação que sustentam muitos municípios, principalmente os pequenos que por não terem fontes econômicas rentáveis ou ficarem muito distantes dos principais centros ou atrativos naturais acabam não atraindo investidores, dispostos a colocar seus investimentos em regiões que não gerem lucros.

A Constituição 1988 alterou também as leis vigentes no que se refere ao critério e normas de criação de novos municípios que estava estabelecida nas Leis da Constituição, (BRASIL,1967), no artigo 14 as leis diretrizes eram estas; cito artigo de (BRANT, 2010):

Anteriormente, o art. 14 da Constituição Federal de 1967 dispunha que a lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios. Ao regulamentar este dispositivo, a Lei Complementar (LCP) no 1, de 9 de novembro de 1967, determinou os seguintes requisitos para a criação de municípios: população estimada superior a 10.000 habitantes, ou não inferior a 5 milésimos da existente no estado; eleitorado não inferior a 10% da população; centro urbano já constituído, com número de casas superior a duzentas; e arrecadação, no último exercício, de cinco milésimos da receita estadual de impostos. A Lei Complementar estabelece também que a consulta prévia às populações locais seria feita mediante plebiscito, e que a emancipação teria de ser aprovada por maioria absoluta dos eleitores (BRANT,2010, p. 61).

As leis da nova Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) concederam aos municípios uma autonomia jamais vista em outras épocas, a elevação a ente federativo com decisões administrativas próprias foi assegurada na forma de leis

federais que alteraram as normas de emancipações em todo território nacional como exposto na Constituição Brasileira de 1988:

CAPÍTULO IV –

Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (EC no 1/92, EC no 16/97, EC no 19/98, EC no 25/2000 e EC no 58/2009).

Capítulo I –Da Organização Político-Administrativa

Art. 18. § 4 ; A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

– eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

– posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequentes ao da eleição;

IV – para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes;

11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de

15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes

Art. 29

V – remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada

legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

Art. 2º São acrescentados ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos, VI e VII, renumerando-se os demais: “Art. 29.

VI – a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII – o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município;

– o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Municípios, a partir de 1989, inclusive, será elevado à razão de meio ponto percentual por exercício financeiro, até atingir o estabelecido no art. 159, I, “b”.

3º Promulgada a Constituição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar as leis necessárias à aplicação do sistema tributário nacional nela previsto.

Art. 11. Cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição Do seu Estado.

A este conjunto de leis que a Constituição da República Federativa do Brasil, destaco duas de extrema relevância, a que impulsionaram as mudanças políticas administrativas nos Estados, a primeira é o aumento dos percentuais de arrecadação fiscal no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pois grande parte dos municípios que pleiteavam a sua emancipação, nasceram com um aumento de receitas fixas para suas despesas. A segunda no que diz respeito a criação e remuneração dos cargos administrativos de confiança (C.C) e a remuneração dos vereadores nos municípios menores, isto acabou criando uma corrida pelo poder nas pequenas cidades, como afirma (BRANT, 2010).

E o Art. 11, que delega poderes às assembleias legislativas as prerrogativas das Constituições Estaduais, visto que as mesmas poderiam apresentar emendas ao texto original da nova Carta Magna. Deste modo vários Estados alteraram o coeficiente populacional e eleitoral que tinha como estimativa uma população mínima de até 15.000 habitantes, o Estado do Rio Grande do Sul foi um deles.

V – remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

O Rio Grande do Sul e as cidades do litoral norte não escaparam da onda de emancipações que alteraram as unidades territoriais do estado. Historicamente palco de muitos embates políticos e por ser uma região com forte influência dos latifúndios e militares, onde sempre se destacavam os coronéis, estancieiros, com grande força política, a flexibilização para criação de novos municípios, passou pelo crivo da Assembleia Legislativa do Estado e a Constituição Estadual, que incorporou em sua Carta um conjunto de leis, que possibilitaram alterações que viabilizaram um grande número de emancipações.

As mudanças estão registradas na Constituição como leis complementares, vou me ater as mais importantes para podermos ter uma análise mais detalhadas de como estas alterações trouxeram uma reconfiguração das unidades federativas.

(publicada no DOE nº 83, de 03 de maio de 1990)

SINVAL GUAZZELLI, Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, item IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei Complementar seguinte:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei Complementar seguinte:

Art. 1ºA criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual.

1º Criação de municípios é a emancipação de parte ou de partes da área de território municipal, com sua elevação à categoria de pessoa jurídica de direito público interno, através da outorga de autonomia por lei estadual.

2º Incorporação é a reunião de um município a outro, perdendo um deles a personalidade, que se integra na do território incorporado.

3º Entende-se por fusão a reunião de dois ou mais municípios, que perdem, todos eles, a sua primitiva personalidade, surgindo um novo município.

4º Entende-se por desmembramento a separação de parte de um município, para anexar-se a outro ou para constituir um novo município.

Art. 2º A criação de município deverá, obrigatoriamente, observar os seguintes requisitos na área emancipanda:

I - população estimada não inferior a 5.000 (cinco mil) habitantes ou eleitorado não inferior a 1.800 (um mil e oitocentos) eleitores;

- mínimo de 150 (cento e cinquenta) casas ou prédios em núcleo urbano já constituído ou de 250 (duzentas e cinquenta) casas ou prédios no conjunto de núcleos urbanos situados na área emancipanda;

- estudos de viabilidade municipal que observarão, dentre outros aspectos, a preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do meio ambiente urbano.

§ 1º Não será criado município se esta medida implicar:

I - para o município de origem, a perda de requisitos exigidos nesta Lei Complementar;

II - a descontinuidade territorial;

- a quebra da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV - a perda, pelos municípios que lhe deram origem, de mais de 50% (cinquenta por cento) da arrecadação de tributos e de outras receitas.

2º Entende-se por preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do meio ambiente urbano, para os efeitos desta Lei Complementar, a manutenção das instituições e valores espirituais, materiais, culturais e históricos transmitidos coletivamente por uma sociedade, bem como o conjunto de condições naturais e influências que atuam sobre os organismos vivos e seres humanos dentro do perímetro urbano de uma povoação.

3º Na avaliação dos estudos de viabilidade municipal serão observados:

I - o padrão de crescimento demográfico da área emancipada nas duas últimas décadas intercensitárias;

- a existência, além de escola de Ensino Fundamental completo, de, no mínimo, um dos seguintes equipamentos públicos:

abastecimento de água;
sistemas de esgotos sanitários;
rede de iluminação pública;
posto de saúde;
posto policial, civil ou militar;

O estado do Rio Grande do Sul foi um dos recordistas em emancipações, graças às leis complementares criadas pela legislação estadual uma das medidas foi a alteração do coeficiente populacional e eleitoral, possibilitando a criação de micros e pequenos municípios por meio de emancipação alguns destes, não chegavam a 5.000 mil habitantes mas alcançavam o coeficiente eleitoral. O distrito de Cidreira quando se emancipou tinha aproximadamente 8.000 habitantes e um coeficiente eleitoral próximo dos 6.000 eleitores.

Dentre os distritos que conseguiram se emancipar, no litoral norte do Rio Grande do Sul, muitos tinham carências nos equipamentos públicos e privados e uma pequena população residente, visto que os distritos em sua maioria tinham em sua população moradores que obtinham em suas propriedades como uma segunda residência e seus proprietários moravam em outras localidades do estado. Este fator foi responsável por um movimento de transferências de títulos de eleitores para distritos pleiteavam suas emancipações. Neste ponto cito Moreira; Dantas; Martins (2015) em sua análise em Santos (1998; 2003) sobre os grupos envolvidos na produção espacial e social, explanação já mencionada no trabalho, mas que vejo como de suma importância:

De fato, pequenos grupos hegemônicos locais dirigem o crescimento das cidades a partir do poder econômico e da influência política dele decorrente, obtida através de financiamento de campanhas, de lobbies e da eleição dos próprios empresários de atividades imobiliárias que atuarão em função de interesses pessoais que, como regra, destoam da vontade popular. (MOREIRA; DANTAS; MARTINS, 2015, p. 174 e 175).

Assim de fato estes grupos homogêneos aproveitaram-se dos processos emancipatórios para dar continuidade aos tradicionais ciclos de poder. Estes dominantes buscam no Estado, os recursos financeiros, para colocarem em prática seus projetos que defendam seus interesses, sejam eles financeiros, para

no uso da terra, contratos e concessões, estes atores como afirma Corrêa (2001), “[...]os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista.” Para tanto criando seus mecanismos, alterando a legislação e suas normas.

Os motivos que levaram estas comunidades a organizar-se são muitos que começam com comunidades insatisfeitas com os modelos de gestão das suas sedes. O movimento ganha apoio de setores importantes dos agentes locais, tanto no campo político e econômico o qual junto de sua população criam comissões de emancipatórias que irão pleitear sua autonomia, tornando-se municípios. A partir destes acontecimentos, o distrito de Cidreira começa sua luta por emancipação.

2.2 Nasce o município de Cidreira

O descontentamento com a forma que o distrito de Cidreira era administrado pelo município de Tramandaí foi um dos motivos que incentivou que alguns setores da comunidade para que se organizassem: grupos políticos, empresários e parte da população insatisfeita com os poucos recursos em investimentos que eram destinados fora dos períodos sazonais para receber os veranistas proprietários de casas e os proprietários que locavam salas comerciais, e a precariedade nos serviços de qualidade, ganham força, com o apoio recebido da população com residência permanente que durante a baixa temporada ficava ainda mais desprovidas de serviços essenciais foram elementos que impulsionaram o movimento de emancipação do distrito de Cidreira e as demais comunidades como Balneário Pinhal, Balneário Magistério e Túnel Verde.

A comissão de emancipação que já se articulavam desde 1982, intensificou sua atuação, a partir do ano 1984. Compostas por membros de três importantes famílias locais: os Carniel, os Rios e os Azevedo. Compunham a comissão na pessoa, o presidente João Remy Carniel, o vice-presidente Ari Rios, tesoureiro; Valmir Ferro Ferreira, secretário; Gilberto Barrionuevo Max. (foto1).

Esta comissão foi responsável pelo mapa das primeiras divisas do novo município.

Foto 2 – Reunião pró-emancipação no Cidreira Praia Clube (CPC)



Fonte: TERRA, Ivan. (2007, p.103)

O primeiro mapa com os limites do novo município acabou causando um mal-estar entre Cidreira e Palmares do Sul em virtude que os novos limites avançavam sobre uma área que estava localizada a empresa de celulose e madeira e uma grande mata de pinus da Flosul. A referida empresa era uma das maiores fontes arrecadadoras do município de Palmares, que acabou em embargo jurídico que atrasaria em alguns meses a emancipação do distrito.

Um novo projeto foi feito e encaminhado pela comissão emancipadora junto ao estado, para ser aprovado em tempo hábil, para votação do plebiscito.

O distrito de Cidreira emancipou-se no ano de 1989 com mais de 87% de aprovação por parte da população, dando início a um novo projeto administrativo. Pela lei estadual 8606, de 09-05-1988, foi elevado à categoria de município e desmembrado de Tramandaí e Palmares do Sul. Sede no Balneário de Cidreira (ex-povoado do distrito de Tramandaí). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989.

Em divisão territorial datada de 1993, o distrito de Pinhal figura no município de Cidreira. Pela lei municipal nº 318, de 22-03-1993, é criado o distrito de Costa do Sol e anexado ao município de Cidreira. Pela lei estadual nº 10670,

de 28-12-1995, desmembra do município de Cidreira o distrito Pinhal. Elevado à categoria de município com a denominação de Balneário do Pinhal.

Em divisão territorial datada de 1995, o município possuía 2 distritos: Cidreira e Costa do Sol. Assim permanecendo até a divisão territorial datada de 2007.

O poder legislativo foi constituído conforme regia a constituição com emancipação do município de Cidreira, a câmara de vereadores é eleita pelo voto popular, seu prédio ficou localizado atrás da igreja matriz, no centro da Cidade em uma travessa de ligação da avenida Fausto Borba Prates até avenida Osvaldo Aranha. Os principais atributos eram fiscalizar as ações do executivo e ser porta voz das demandas da população, dentro das diretrizes orgânicas do município trouxe uma nova dinâmica de gestão e relativo poder para as comunidades, que acabaram influenciando diretamente na transformação urbana da cidade.

3) A PRIMEIRA ONDA - (1989 – 1992): A NOVA ADMINISTRAÇÃO E A DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

O capítulo analisa como aconteceram as alterações administrativas no novo município de Cidreira, que começou a reorganizar seu espaço geográfico e como esta organização influenciou no processo de expansão urbana do município entre o período 1989 a 1992. Para entender melhor esta primeira onda, é necessário compreender como era a dinâmica quando o município de Cidreira era apenas um distrito de Tramandaí, e contava com o uma subprefeitura que centralizava os serviços mais importantes em seu prédio, como postos bancários, saúde, telefônicos e secretarias.

A construção do novo centro administrativo (foto 1) teve como objetivo centralizar e organizar as secretarias e setores administrativos da prefeitura, sua localização na área urbana do centro de Cidreira, ajudou nas mudanças na área central. A prefeitura retira de seu espaço físico, alguns serviços que não eram de sua responsabilidade, principalmente os serviços prestados pelo estado enquanto era apenas um distrito como serviços de postos bancários, de telefonia, e procurou instalá-los em outros prédios e zonas urbanas do município, a descentralização de serviços, deu início e acelerou o processo de expansão urbana contemplando outras regiões na cidade.

A figura 2, mostra a abrangência espacial aferida pela primeira onde e mostra como os limites urbanos do município eram mais estritos que atualmente. Para a elaboração do mapa, selecionou-se uma imagem de satélite atual, datada do ano de 2020 e, sobre ela foi desenhado o polígono que mostra a abrangência aproximada da área urbana quando do processo de emancipação. A imagem possibilita ao leitor aferir como o processo de urbanização foi expressivo no município e como isso significou uma ampliação da área urbanizada e consequentemente a redução de áreas verdes e/ou outros ambientes naturais.

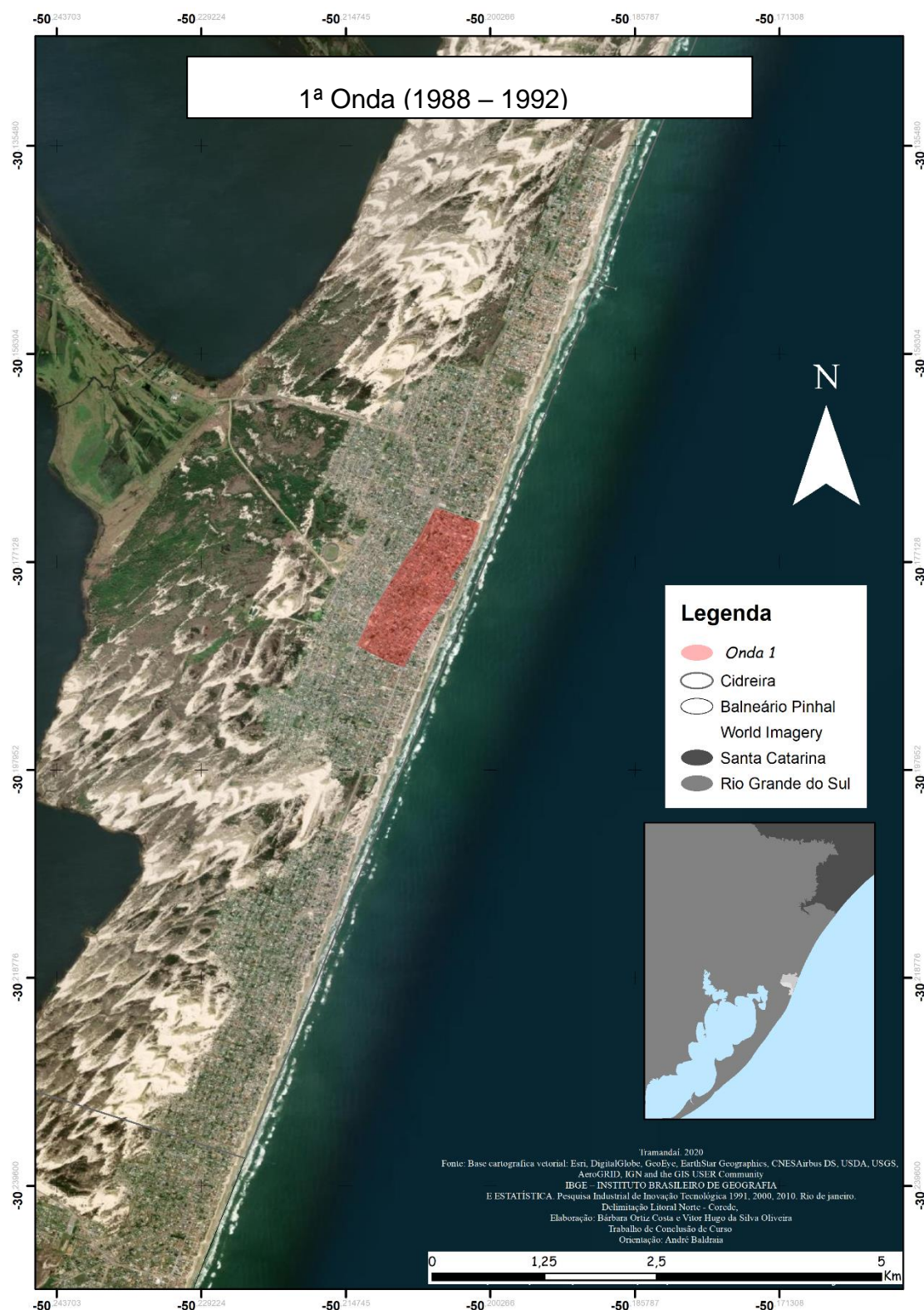
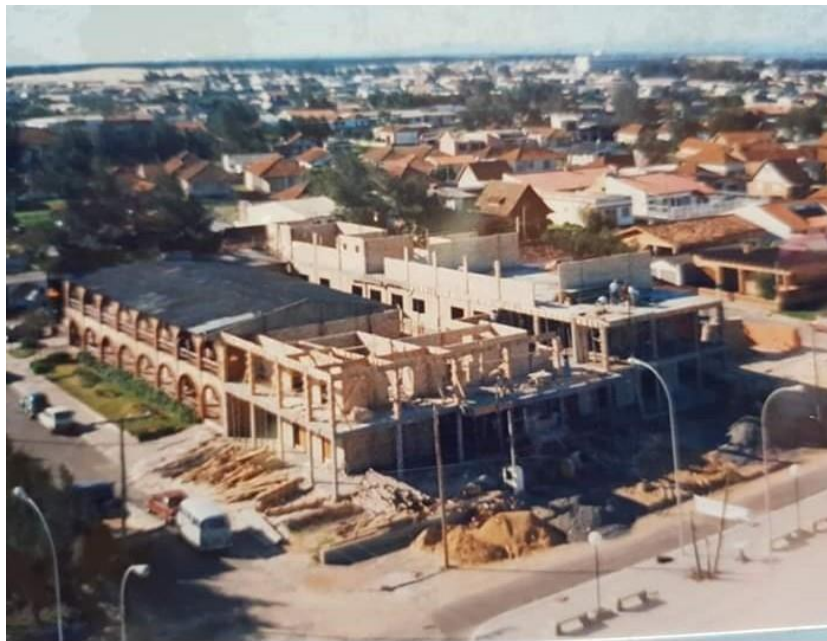


Figura 3 – Cidreira – 1ª onda (1988-1992)

Foto 3 – Início da construção da Prefeitura de Cidreira



Fonte: Cedida pelo Sr. Raul Duarte da Silva, morador do município

O cenário começava a se alterar no município. A construção da prefeitura no centro da cidade, o objeto de arquitetura imponente foi o primeiro passo das modificações da área central.



Foto 4 – Vista aérea da nova prefeitura de Cidreira

Fonte: Raul Duarte da Silva, morador do município

Apesar de ser um dos balneários mais antigos e conhecidos dos gaúchos no litoral norte, Cidreira era vista como uma praia de férias, não diferente da sede em Tramandaí ou outras do litoral norte do Rio Grande do Sul, as praias ao norte eram mais desenvolvidas e recebiam maiores investimentos do Estado em infraestrutura para as temporadas de veraneio. Estes recursos possibilitavam que as mesmas possuíssem uma vida social mais agitada, com muitos bares e noites de verões efervescentes; o distrito apesar de já contar com uma urbanização consolidada de residências de veranistas, era calmo e mantinha sua rotina voltada para os banhos de mar, lazer e descanso, porém isto não impedia de ter um local com bares com música ao vivo e as festas nas sociedades, que faziam eventos para diversão destacando os dois mais importantes para época como Cidreira Praia Clube (CPC), Sociedade Amigos da Praia de Cidreira (SAPC), clubes que promoviam bailes de chope e de carnaval, para a alegria de seus veranistas, turistas e moradores.

O principal centro econômico, localizado na avenida de mão dupla com sentido norte indo em direção a Tramandaí e sul indo em direção ao balneário Pinhal passando pelo bairro Costa do Sol que se chama até hoje de Mostardeiro.

A paisagem da avenida Mostardeiro era composta por um misto de prédios comerciais, casas residenciais de veranistas e de moradores permanentes, além de casas adaptadas para comércios dos mais variados, prédios que se transformaram em restaurantes, lancherias, casa de artesanatos, lojinhas de artigos voltados para estação de verão, jornaleiros, sorveterias e hotéis,

Os clubes de bailes, como, Cidreira Praia Clube (CPC) e associações, como a Associação dos Amigos da Praia de Cidreira (SAPC), fizeram parte das noites e festas do município, com seus bailes de chope, e de carnavais que alegravam veranistas, turistas e moradores que desfrutavam das noites de verão. (SANTOS 2014, p.156), “[...] As formas asseguram a continuidade do tempo mas o fazem através da sucessão de eventos, que mudam o seu sentido[...] A SAPC, longo de seu tempo histórico, se transformou em Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), ambos os prédios estão em ruínas, fotos, 4,5,6.

Foto 5 – Cidreira praia clube anos 80 e 90



Fonte: Arquivo. Cedida pelos amigos do CPC

Foto 6 – Antigas instalações do CPC



Fonte: Arquivo. Cedida pelos amigos do CPC

Foto 7 – Condições atuais do prédio onde funcionou a SAPC e depois da UERGS.



Foto: Antiga SAPC e UERGS, autor Vitor Hugo Oliveira em 09/09/2020

A rodoviária estava localizada na avenida Mostardeiro, onde permaneceu até meados de 2008 e o prédio garagem da estação Rodoviária, este é o modo de dizer, pois os ônibus ficavam embaixo de uma área coberta construída de eucaliptos tratados e coberta com telhas de amianto, de frente para o mar. No ano citado foi transferida para avenida Giacomio Carniel, esquina rua Manoel Braz de Lima (antiga nordeste).

O centro de Cidreira fica localizado a leste, exatamente a uma quadra do mar, esta proximidade sempre foi responsável por torná-la uma região pulsante, pois mantinha um movimento durante o dia, com serviços que atendiam a população ficavam na avenida Mostardeiro, os postos bancários e telefônicos (as chamadas em cabines telefônicas, que era uma das maneira de manter um contato, mais rápido com os seus locais de origem).

O centro econômico manteve-se em destaque por um período, mas perdeu destaque a partir da descentralização dos serviços e da ampliação dos eixos urbanos mais a oeste do município para outros polos do município.

Os serviços bancários e de correios, cujas instalações eram somente postos enquanto distrito, ganham status de agência tornando-se permanentes, melhorando o atendimento além dos períodos sazonais. Assim ao analisarmos a partir do processo de urbanização, estas novas agências que foram instaladas

em outros bairros do município valorizaram muitas destas áreas, que receberam muitas melhorias em infraestrutura. Os bairros e as ruas ficam mais movimentados, pois os serviços que diversificaram sua dinâmica, atraindo outros comércios variados que alteraram as funções dos bairros estritamente residenciais em áreas com prédios comerciais.

A construção do prédio da prefeitura, junto com as melhorias na avenida Mostardeiro, iniciou um conjunto de reformas em infraestrutura na área central, com a retirada das árvores em seu lugar a construção de um calçamento para os pedestres circularem pedestres. Estas mudanças privilegiaram os comerciantes e proprietários locais que tiveram seus imóveis valorizados. As melhorias em infraestrutura no centro de Cidreira atraíram novos agentes dos setores privados que viram um nicho de oportunidades e passaram a investir em alguns setores, tais como gastronomia e cultural, com casas de espetáculos para atender os turistas e veranistas que vinham para a praia em busca de lazer e diversão.

Ao mesmo tempo que as transformações que aconteciam na área central, como a construção da prefeitura a remodelação do passeio central da avenida Mostardeiro onde mais tarde seriam instalados quiosques para venda de crepes, milho verde, e bebidas. O período entre 1989 e 1994, foi o começo das alterações no que ocorreu na paisagem do centro, de uma prainha bucólica e calma para uma área de festas e eventos noturnos, com shows, e eventos que vamos tratar no próximo capítulo referente a segunda onda de expansão urbana, onde a avenida Mostardeiro e o município tem sua dinâmica e rotina alterada profundamente.

Os serviços de telefonia executados pela Companhia Rio Grandense de Telecomunicações (CRT), foi uma das mudanças positivas, pois teve ampliação de linhas para telefones privados tanto para pessoas físicas e jurídicas como ampliação de cabines telefônicas, que foram transferidas para um prédio maior, em frente a prefeitura melhorando o atendimento e desafogando as longas filas de espera e começaram a implantação gradativa de telefones públicos no município (orelhões).

Foto 8 - Foto de um antigo *posto telefônico*.



Fonte: Reportagem do Jornal Zero Hora, autor Felipe, 2016.

A agência dos Correios e Telégrafos ganhou um aporte em melhorias, fixando-se e mantendo os serviços durante o ano todo. A descentralização dos serviços que eram realizados no prédio da prefeitura, estimulou um processo de expansão urbana a partir do centro de Cidreira.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul instalou-se no município no ano de 1992, na avenida Giácomo Carniel, em um prédio que pertencia ao prefeito, além do Banrisul, também abrigou a primeira loja de móveis e eletrodomésticos da cidade: a loja Cidrelar, e uma corretora de imóveis que pertencia a uma das famílias que foram responsáveis processo emancipatório.

A avenida Giácomo Carniel teve um papel importante no processo de expansão urbana do município, pois além de ser um dos principais eixos de acesso a outras regiões cidade, se estabeleceu como um importante polo econômico. Dividindo com a avenida Mostardeiro, no centro que até aquele momento detinha toda a centralidade. A descentralização foi importante para uma região que era somente de passagem. A avenida recebeu melhorias que atraiu outros serviços que passaram a investir naquela região em função do grande fluxo de pessoas que principalmente banco passou a atender. Instalaram-se um supermercado e o posto de combustível Ipiranga que pertencia a uma família portuguesa que investiu no município; o posto de combustível da rede Charão com bandeira Petrobrás, se uniu ao posto da Shell, a avenida por

ser o principal acesso ao município concentrou os serviços de abastecimento dos veículos que transitavam pelo município.

O Cartório e o Registro de Imóveis, instalaram-se em um prédio de esquina que pertencia a família portuguesa localizado na rua Nordeste, onde ficava a Escola Ensino Fundamental Marcilio Dias. Esta rua cortava a avenida Giácomo Carniel que ao longo de sua extensão recebeu uma quantidade dos pequenos comércios, como lancheiras, ferragens, salões de beleza, mecânicas, e imobiliárias; pousada e um hotéis começaram a ali se instalar, devido ao aumento de circulação de moradores e de veranistas que buscavam os serviços que ficaram disponíveis. Um ganho para município que começava a abocanhar uma parcela dos veranistas que antes se dirigiam para Tramandaí.

A prefeitura começou uma série de investimentos na infraestrutura para receber estes novos investimentos que aportam no município, como a duplicação e asfaltamento de toda avenida Giácomo Carniel que ligaria o centro de Cidreira e as duas saídas da cidade a RS-786, e RS-784, tornando-se o principal eixo de passagem do município, até os dias atuais.

A ampliação da prefeitura centralizou mais os serviços administrativos, de suas secretarias, retirando-as de prédios alugados junto a iniciativa privada. A estrutura do prédio da prefeitura nesta primeira onda ficaria no térreo e somente de frente para avenida Mostardeiro.

Está primeira onda tem como principal característica, o processo estrutural do município que foi de vital importância para início da expansão urbana, mas muitos temas importantes para a comunidade foram ignorados como saneamento básico, os moradores mais locais pescadores e trabalhadores informais e da construção civil, que começam a ser excluídos deste novo contexto urbano e empurrados para periferia do município.

Assim, o corpo administrativo no papel do estado e o legislativo como agente fiscalizador, tem o papel de ser a voz e os olhos da demanda da população a eles serão atribuídos a elaboração de leis e normativas que irão ajudar na organização e fiscalização, sobre a construção de determinados objetos no espaço geográfico, que determinam o uso e ocupação do solo, que tem como objetivo aparelhar áreas desprovidas de infraestrutura ampliando os

eixos urbanos e ao mesmo tempo ajudar a planejar uma urbanização, que contemple a sociedade como um todo não somente o interesse de alguns grupos que procuram somente o lucro. Este é o um dos papéis de responsabilidade do estado, estimular o desenvolvimento e crescimento urbano e econômico da cidade.

4) A SEGUNDA ONDA (1993 A 2001): AS GRANDES OBRAS E AMPLIAÇÃO DOS EIXOS URBANOS.

A segunda onda se iniciou no ano de 1993 e tem seu término em 2001. Este período foi o mais expressivo porque chegou ao município muito rápido, impactante e transformador. As mudanças não ocorreram, como ondas em forma de marolas que chegam calmas nas areias da praia ou como uma brisa do mar em dias quentes com predomínio dos ventos sul equatoriais, que trazem as correntes de ar, chamadas pelos surfistas de terral, formando as melhores ondas, aconselhadas para a prática do surf com suas belas manobras. Estas correntes deixam cristalinas as águas do mar, quase transparentes coisa muito rara nas praias do litoral norte gaúcho, com seu tom sempre cor chocolate.

Esta onda veio como vem como um tsunami, alterando de maneira bem consistente o espaço geográfico de Cidreira. Vários projetos foram elaborados e colocado em prática, atingindo o município de maneiras positivas e negativas. Na região do centro, a construção de novos objetos que mudariam aquela região profundamente, economicamente, culturalmente e na sua paisagem física. A oeste nas proximidades RS-784, eixo viário de acesso ao município houve mudanças significativas impactando na diversificação e crescimento econômico, que se expandiu de oeste para duas áreas a sudoeste o bairro Parque dos Pinus e ao sul em direção ao município de Balneário Pinhal, passando pelos bairros Francisco Mendes, Ildo Meneghetti e o Distrito da Costa do Sol.

O crescimento econômico não foi sinônimo de um desenvolvimento socioespacial para município, a expansão dos eixos urbanos ampliou os espaços geográficos, mas eles não avançaram ou evoluíram em questões básicas como, saúde, mobilidade urbana, saneamento básico e habitação.

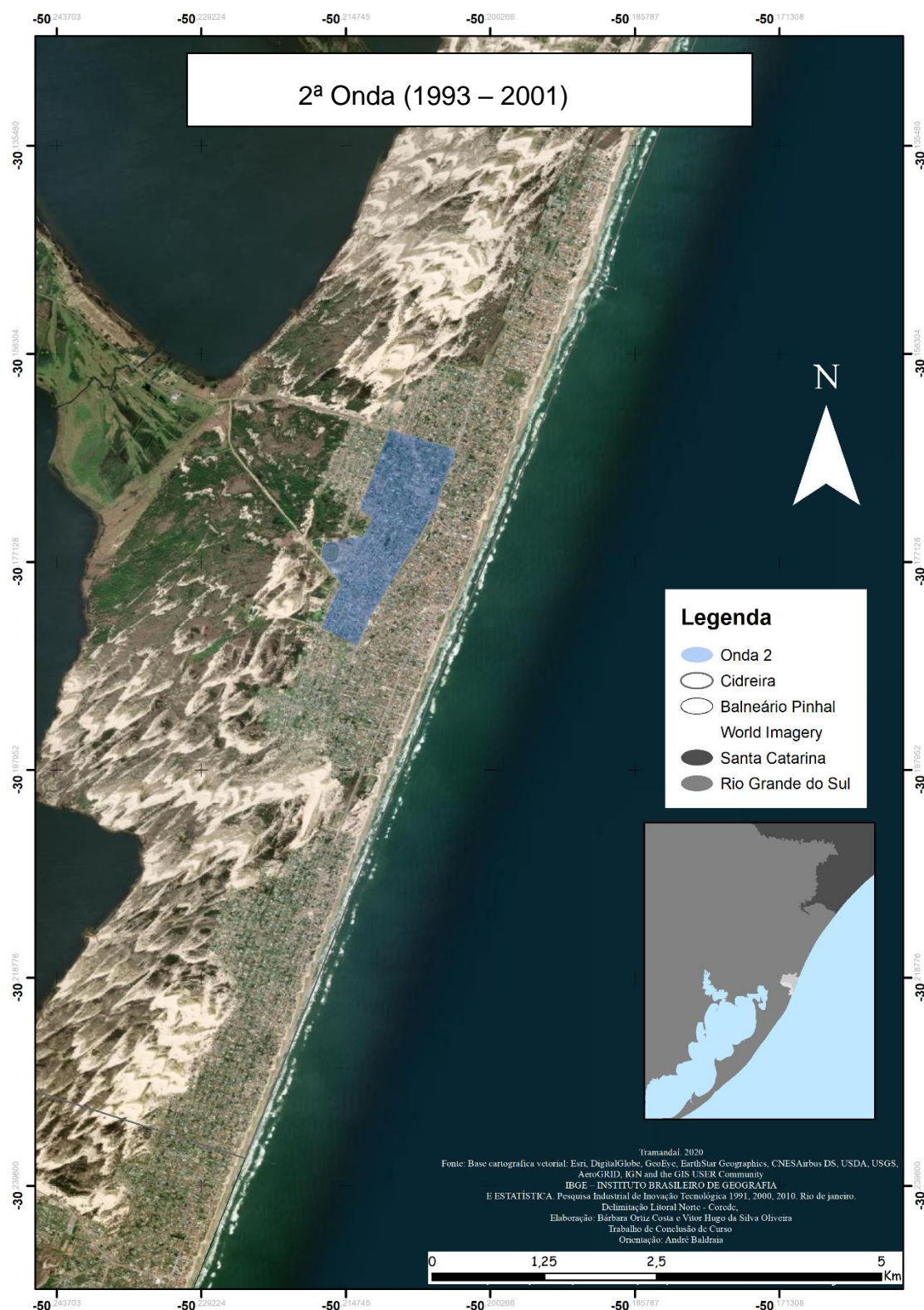


Figura 4 – Cidreira – 2ª onda (1993-2001)

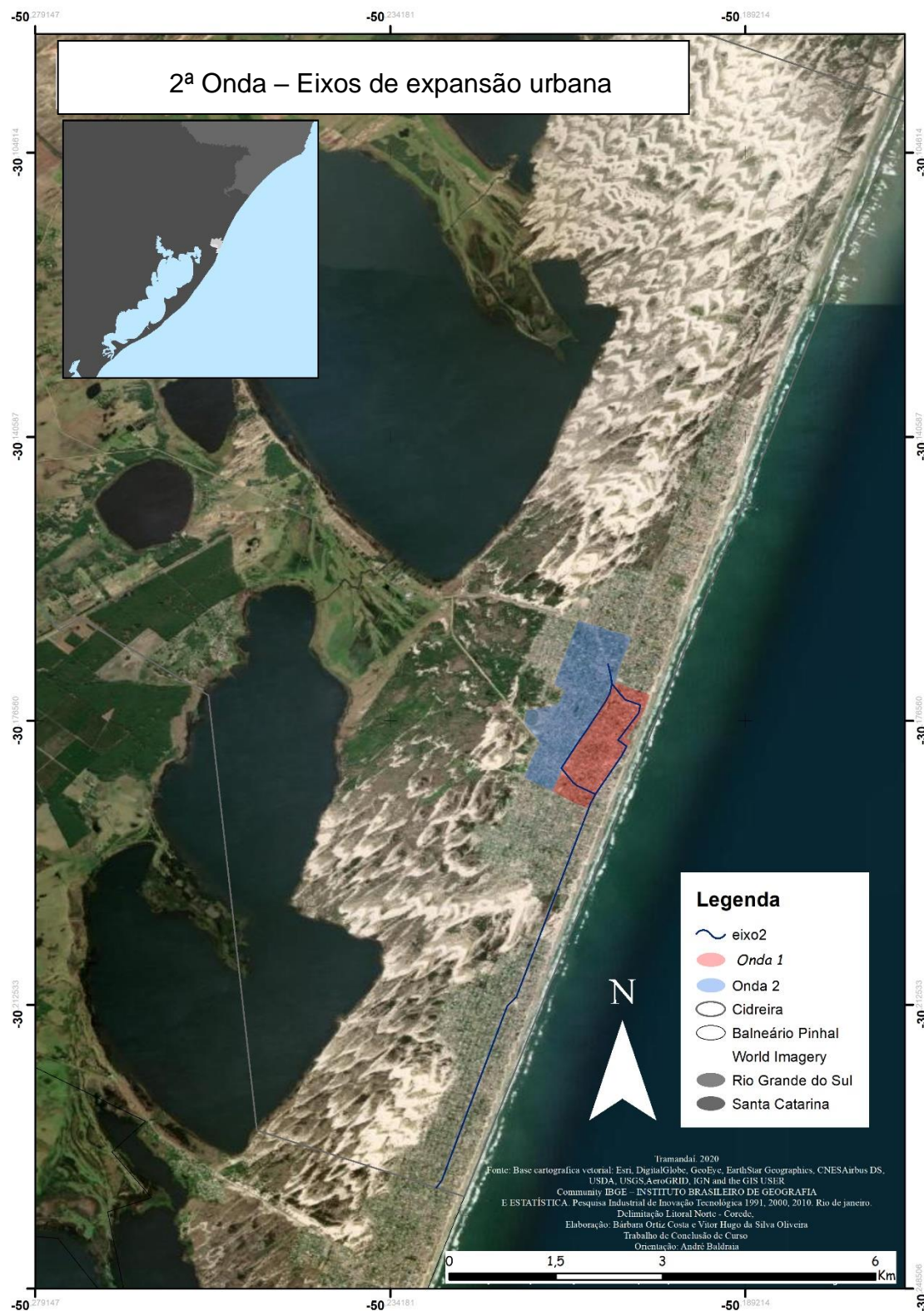


Figura 5 – 2ª Onda – Eixos de expansão urbana

O período que se inicia no ano 1993 indo até 2001 traz em suas gestões eleitas para administrarem o município foram colocadas em pratica muitos projetos que contribuíram para expansão urbana. Alguns bastante ousados como a construção de uma concha no formato de anfiteatro no centro da cidade, que se tornaria símbolo, para cidade, a construção do estádio municipal, uma nova remodelação da avenida Mostardeiro, a duplicação da avenida Giácomo Carniel e a Fausto Borba Prates que alteraram muito a dinâmica das regiões escolhidas que começou a modificar o espaço urbano do município de Cidreira, no litoral norte gaúcho.

A grandiosidade das obras que foram planejadas, eram apoiadas pelo poder legislativo e executadas pelo executivo e o alto volume de recursos financeiros empregados, para realizá-las foi tema de discussão na comunidade, mesmo assim a primeira parte das construções foi finalizada e muitos espaços foram colocados em prática durante os três primeiros anos da gestão nos anos de 1993 a 1996, tais como

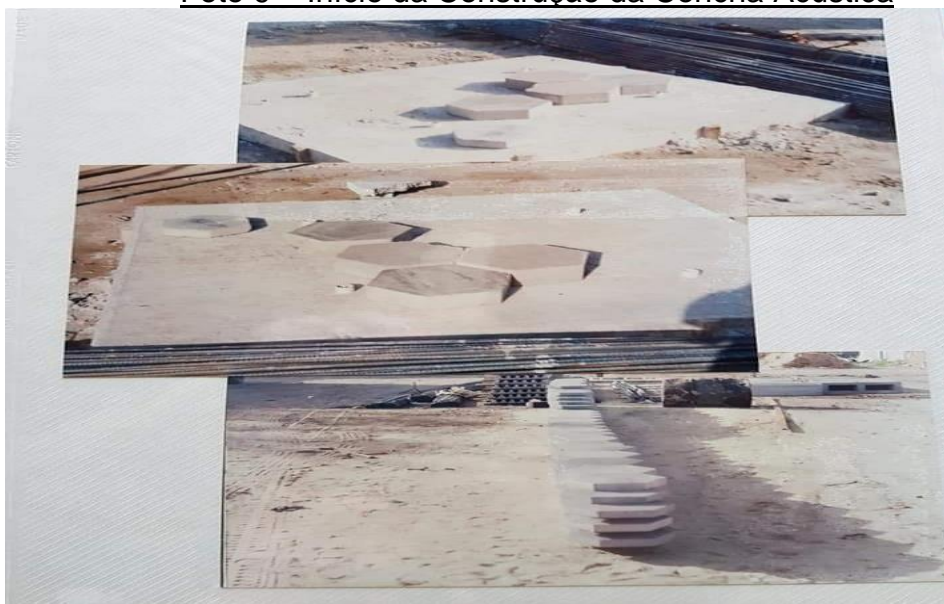
Todas as obras e suas transformações causaram mudanças urbanas significativas e acabaram alterando profundamente a dinâmica econômica e as funções do município os novos objetos marcaram historicamente ao longo do tempo o espaço geográfico do município de Cidreira.

A primeira grande obra tornou-se a uma das mais significativas e marcante, a começar pela sua imponência além do papel importante no meio cultural e figurou como um dos símbolos de identificação que foi incorporado por completa pela comunidade cidreirense que passaram a utilizar aquele espaço multicultural sejam eles turistas, veranistas e moradores permanentes: a Concha Acústica e toda a estrutura montada no seu entorno, como a praça João Becker, devidamente pavimentada, o espaço é utilizado pelas pessoas que assistiam aos shows.

A construção da concha acústica que iniciou em 1993 e tinha como um dos principais objetivos aumentar o turismo e fomentar o comércio do centro, atraindo pessoas de todo estado, pois era a maior concha construída ao ar livre no estado na época, acabou sendo o primeiro símbolo turístico do município. (fotos 9 e 11).

A Concha Acústica passou a ter um valor simbólico, pois a construção ultrapassou as divisas do município e se tornou-se uma referência regional e orgulho para o povo Cidreirense. Além de ser um dos pontos turísticos mais visitados e de atrair grandes eventos culturais, como shows locais, regionais e nacionais durante a temporada de verão e de festas locais ao longo do ano, como a festa do Camarão, a semana Farroupilha, apresentações cívicas das escolas, entre outros.

Foto 9 – Início da Construção da Concha Acústica



Fonte: Raul Duarte da Silva, morador do município

Foto 10 – Construção da Concha e praça João Becker



Fonte: Arquivo. Amigos praia de Cidreira (CPC)

Foto 11 – A Concha Acústica



Foto – O autor (10.09.2020)

O centro recebeu grandes melhorias em infraestrutura, no entorno da Concha Acústica, um novo calçamento e iluminação na avenida Mostardeiro e nas avenidas que faziam parte da malha de acesso ao centro, como as avenidas Osvaldo Aranha, Pedro Ribeiro da Silva e as ruas João Neves, Cauduro, Maria Fagundes, João Neves, Antônio Ribeiro e General Osório. Importantes vias de acesso que levavam ao centro, pois todas estas melhorias tinham em um primeiro momento era atender a demanda que estava voltada para receber mais turistas de todas as partes do Estado ou mesmo fora dele com shows, locais regionais e nacionais, a Concha Acústica, desde sua inauguração foi um sucesso e conseguia atrair multidões em seus eventos.

Figura 6 - Mapa temático das vias de acesso ao centro



Fonte – Foto tirada pelo autor de mapa temático de ruas de Cidreira em 10.09.2020

As avenidas receberam melhorias, em infraestrutura, pavimentação asfáltica melhorando os acessos dos visitantes tanto dos que vinham do Sul, pelo distrito de Balneário Pinhal, quanto ao oeste para quem vinha da região metropolitana pela RS-040 com acesso pela RS-784 e pela RS-786 para quem vinha de Tramandaí cruzando com a rótula da Giácomo Carniel, eixo de acesso ao município.

O segundo foi a construção do calçadão, que alterou a estrutura do passeio e calçadas ganhou iluminação, assentos públicos e privilegiando os pedestres, passeios e para as famílias, pois houve um período no qual até os carros perderam o acesso para circular na área central. Está foi uma intervenção espacial da maior relevância para município após a emancipação, porque temos dois pontos bem distintos, a transformação urbana do centro de Cidreira, foi um dos primeiros processos de deslocamento e exclusão social que ocorreu no município.

A melhoria na infraestrutura e o embelezamento fortaleceram o centro, tornando-o o principal polo econômico, turístico e gastronômico do município. As mudanças atraíram os turistas que estavam dispostos a se divertir com os eventos culturais variados. O centro, antigo ponto de encontro de veranistas e de moradores locais, sofre com a sobreposição dos tempos Santos (2014). Agora tem como função atrair visitantes anônimos de todas as partes para assistirem os shows na concha, para consumirem a mercadoria que se tornou este espaço urbano.

Foto 12 – Início da reforma do calçamento no centro de Cidreira



Fonte: Raul Duarte da Silva, morador o município

Os turistas assistiam aos eventos culturais promovidos pelo município, encontravam problemas como a estrutura precária dos serviços que necessitavam de melhorias no atendimento para este novo público que com um poder de compra mais elevado procuravam por melhores serviços tanto no atendimento e como nas variedades.

O aumento de circulação de pessoas, e uma boa infraestrutura acabou atraindo novos investidores do setor privado, que passaram a investir em glebas, ou comprando os prédios de antigos moradores. Estes agentes vindos de fora do município instalaram-se como novos moradores e abriram seus negócios.

Houve uma valorização fundiária no centro e agentes do setor imobiliário passaram a negociar com os antigos moradores proprietários comprando os prédios residências para transformá-los em lojas bares e centros comerciais. A lógica do mercado econômico tem seus métodos de segregação, pois alguns locatários não dispunham de recursos financeiros para se adequar aos novos padrões que passaram a ser construídos pelos novos agentes investidores.

Deste modo não conseguiram manter seus comércios e proprietários com suas casas de veraneio não resistiram as ofertas financeiras por suas residências, vendendo e mudando-se para bairros mais distantes do centro uns

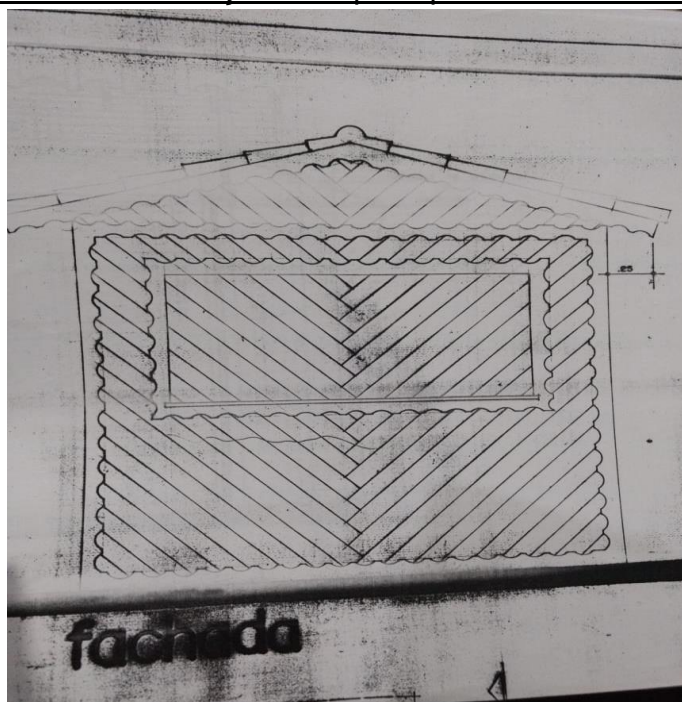
para abrir seus negócios, outros para fugir do movimento e das noites barulhentas.

Estes movimentos aceleraram a expansão urbana do município em um primeiro momento a oeste em direção a Giácomo Carniel e depois a avenida Fausto Borba Prates, que foi atraindo os proprietários em busca de novas moradias, ou de salas comerciais por terem saído do centro.

Além destes conjuntos de melhorias, investimentos imobiliários e a chegada de outros atores dispostos a investir nos setores de gastronomia, vestuário e casas de espetáculos. A revitalização do centro de Cidreira, deu início a um processo de exclusão dos vendedores ambulantes, pois primeiro seus negócios foram proibidos de ser comercializados nas calçadas porque atrapalhava o deslocamento dos pedestres. A solução que o poder publicou encontrou foi colocá-los centralizados no calçadão entre os acentos públicos, a ideia em ter na área, os quiosques, as casinhas dos camelôs, padronizadas pareceu uma boa solução, mas acabou gerando outro problema.

A forma que a gestão adotou de concessão (permissionário) para moradores com vulnerabilidade social (trabalhadores do setor informal) e com residência fixa do município, tinha tudo para dar certo, o problema é quem era contemplado, ganhava apenas a concessão, os custos da construção eram todos do permissionários, com o passar do tempo, sem dinheiro para investir criou-se uma rede de sublocação dos quiosques, este processo de terceirização, garantia um ganho para permissionários, mas acabou gerando um problema de estética ou padronização dos quiosques.

Figura 7 - Modelo de construção dos quiosques no centro de Cidreira



Fonte: Imagem cedida por Katia Oliveira, permissionária

O primeiro problema foi que os proprietários não investiram na padronização. O desenho acima era de como os quiosques deveriam ser feitos, cujas medidas eram 3x3 m e em cedro com telhas padronizadas, algo que não ocorreu e muitos permissionários utilizavam os recursos que tinham disponíveis.

O segundo problema era quem locava estes pontos também não investiam e tampouco respeitavam as regras para vender somente o estipulado nos seus quiosques, como crepe, churros, milho e outras guloseimas, incorporavam aos negócios bebidas alcoólicas, refrigerante, drinks da estação, entre outros, pois sabiam que dependendo dos seus resultados financeiros, não tinham certeza de recuperar tamanho investimentos ou garantia de retornar na próxima temporada.

Todos estes problemas geraram um grande incômodo para a prefeitura que não tinha como fiscalizar e cobrar dos locatários e fazia vista grossa com os permissionários. Os problemas com os comerciantes que investiram pesados em seus negócios, mas tinham nestes comércios de ambulantes uma concorrência desleal, que além de vender produtos semelhantes aos seus, dispunham de preços menores, o que prejudicava a arrecadação fiscal do município.

O conflito social e de gentrificação se instaurou na área central pois os grandes comerciantes exigiam a retirada dos ambulantes, para isto alegaram que a falta de padrão estético prejudicava e atraía uma clientela de um nível social inferior, espantando as famílias do local com medo de assaltos e arrastões.

A prefeitura como solução resolveu transferir os ambulantes, eles foram retirados do passeio central e instalados ao lado da igreja central e, do complexo da Concha Acústica em frente à praça José Berger. A prefeitura para pôr fim ao conflito entre os comerciantes e os camelôs se comprometeu a dar infraestrutura e construção dos quiosques dividindo em três grupos: alimentação, artesanato e artigos importados.

Foto 13 – Quiosques novos na praça João Becker



Foto: Vitor Hugo Oliveira, em 20/08/2020

A construção do calçadão na avenida Mostardeiro deu início a um processo de gentrificação, que se acentuou nos anos seguintes com a forte influência que um grupo de comerciantes têm sobre a gestão pública, que editou leis e normas, estipulando o tipo de construção para os prédios comerciais, e abertura de novos negócios. Apesar de todas as disputas sociais que envolviam o centro, a obra da Concha Acústica e a reestruturação do centro foram as primeiras grandes obras de transformação urbana em Cidreira, pois muitos

Foto 14– Construção do Calçadão Kanitã



Fonte: Raul Duarte da Silva, morador do município de Cidreira

Foto 15– Final do trajeto interrompido do calçadão Kanitã



Foto: Vitor Hugo Oliveira em 29/10/2020

O projeto original avançaria sobre uma extensa área de praia que ficaria paralela à avenida Osvaldo Aranha, terminando na esquina com a Giácomo Carniel, o projeto teve parte do percurso excluído, e foi complementado apenas em seu final onde hoje se encontra o Calçadão João Rios. O projeto inicial foi interrompido entre os dois calçadões Kanitã e João Rios (fotos 14 a 16). Assim

mesmo, o projeto foi alvo de muitas críticas pela retirada das dunas que protegiam a área das ressacas provocadas pelo mar.

O calçadão João Rios finalizado nesta mesma onda está localizado na avenida Osvaldo Aranha com a Giácomo Carniel o espaço e utilizado pelos veranistas e moradores, foi um projeto que gerou um grande impacto ambiental pois a retirada da barreira de dunas já trouxe muitos problemas ao município as ressacas marinhas avançam sobre as obras e cidade causando prejuízos enormes. O Estado agindo dentro do espaço urbano alterando a paisagem, e configurando suas próprias paisagens em benefício da economia de mercado a terra como mercadoria com o nome de revitalização do espaço CARLOS (2007) cita:

O tema da revitalização urbana aponta um modo de pensar praticamente a cidade, isto é, a cidade enquanto prática sócio-espacial, o que coloca desafios. Em primeiro lugar, a intervenção nos “lugares da metrópole”, através de processos de revitalização/requalificação, aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida em que, não se pode esquecer, o poder político tem possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção no espaço, como é que ocorre no caso das revitalizações. Como já foi visto, está também trata-se de uma ação que se realiza produzindo contradições. CARLOS (2007, p – 87)

Foto 16 - Calçadão João Rios



Foto: calçadão João Rios, autor: Vitor Hugo Oliveira, em 15/09/2020

O calçadão foi utilizado como local de recreação à beira-mar para projetos culturais, como shows e para atividades esportivas realizadas pelos

SESC e agentes dos setores privados, do comércio local ou grandes empresas organizadoras, na alta temporada e contemplavam aos veranistas e turistas. Durante o inverno não era utilizado para essas atividades.

Foto 17– Trecho do Calçadão Kanitã



Foto: Calçadão Kanitã, autor: Vitor Hugo Oliveira, 25/09/2020

As mudanças na área central continuaram ocorrendo e a retirada das Casuarinas ao longo da avenida Mostardeiro em direção a Costa do Sol continuou, para ampliação do calçadão ao longo da avenida passando pela padaria Nivi uma das mais antigas panificadoras do município.

Foto 18 – Continuação do Calçadão, na área central da cidade



Fonte: Raul Duarte da Silva, morador do município

O município ganhou dois investidores de peso um no ano de 1994. Em setembro, a rede de supermercados que pertence ao grupo Asun se instalou

mais a oeste do município. O porte vultoso do empreendimento, o maior do setor privado, mostrou passaria a ser um novo e importante polo econômico. A instalação atraiu o grupo Friderichs que, em 1996, construiu um novo posto de gasolina e um prédio comercial para onde se transfeririam muitas empresas. Assim, em uma área que até então era somente de areia e banhado surgiu um novo e um dos mais fortes centros econômicos do município, até os dias atuais.

Foto 19 – Vista aérea da área onde atualmente localiza-se o shopping Asun, em 1994



Fonte – Cartório de imóveis de Cidreira

A expansão urbana estava localizada após a rótula de acesso, que interligava outros dois pontos de acesso ao município, a avenida Giácomo Carniel que corta a avenida Fausto Borba Prates e segue em direção à RS-784. O Shopping Asun, instalado às margens desta rodovia e trouxe uma nova lógica de consumo para Cidreira, o conceito das grandes redes que agregava qualidade e diversificação de produtos. Este padrão que os veranistas tinham nos grandes centros urbanos, além do estacionamento, sinônimo de praticidade para os consumidores.

O impacto dos dois investimentos no processo sócio-espacial foi o deslocamento do eixo urbano e a criação de um segundo polo de referência espacial urbana no município, uma vez que alguns setores importantes da economia local mudaram seus serviços para os novos prédios. Uma das

variáveis que mais influenciou na mudança para esta área a oeste do centro e onde estava localizado o supermercado Asun, foi sair da aglomeração de pessoas, devido ao aumento do fluxo de veículos em circulação durante a alta temporada de verão que dificultava o trânsito causando transtornos como engarrafamentos pela falta de estacionamento que dificultava o acesso dos serviços nos períodos de alta temporada.

O Shopping Asun implementou a lógica dos grandes centros urbanos, como fácil acesso, deslocamento rápido, grandes estacionamentos serviços centralizados, uma vez que junto ao hipermercado foi construído pequeno no shopping onde comerciantes locais e de outras localidades abriram instala-se lojas de vestuários, calçados e perfumarias, tabacarias, farmácia e instituições financeiras privadas (Bradesco) e públicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) disponibilizaram serviços bancários dos caixas 24 horas, (foto 19).

Foto 20 - Construção do shopping Asun



Fonte: Raul Duarte da Silva, morador do município.

O centro comercial Friderichs (fotos 19 a 21), foi instalado ao lado do shopping Asun, começou a ser construído no ano de 1996 e é o endereço do banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), do Cartório, do Tabelionato, de Caixas 24 horas, Farmácias e lojas.

Houve uma melhora significativa nos serviços com a chegada do shopping e do centro comercial, pois ambos proporcionaram que outros agentes viessem para a praia de Cidreira. Os dois centros movimentaram o setor da construção civil incentivando a construção de outras salas e prédios comerciais na região que passou a atrair profissionais outros liberais como advogados e dentistas; além comércios que atuavam no ramo de mecânicas, autopeças e ferragens que se beneficiaram com o alto fluxo de pessoas e veículos que passaram a frequentar aquele local.

Foto 21 – Centro comercial Friderichs e Shopping Asun



Foto: Centro comercial Friderichs, autor: Vitor Hugo Oliveira, em 28/10/2020

A região em análise no mesmo período recebeu uma nova escola de ensino fundamental e médio em tempo integral do governo do estado. O então Governador Alceu Colares, do PDT, implantou um CIEP, Escola Estadual de Ensino Fundamental Herlita, no ano de 1994. Um projeto idealizado por Leonel Brizola, na década de 80, que contemplava ensino em turno integral para alunos e ficou localizada no bairro Parque dos Pinus área que e pertencia ao município em um acordo foi cedida pela prefeitura para construção da escola.

Foto 22 - CIEP E.E.E.F. Herlita Silveira Teixeira



Fonte: Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Cidreira

A prefeitura cedeu o terreno que fica ao lado do Estádio Elói Braz Sessim (Sessimzão) pois tinha como objetivo a valorização daquela área, mas não obteve muito sucesso, devido a problemas como o desvio de verbas que enfrentou e nos anos seguintes. O abandono do estádio acabou frustrando o projeto e estagnado o desenvolvimento para o bairro que, com passar do tempo, tornou-se um tormento para os próprios moradores, já que o entorno do estádio acabou um local de descartes de lixo da comunidade.

Foto 23 - O lixo acumulado no entorno do Estádio Sessim



Fonte – Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Cidreira

Foi no mesmo período no ano de 1993, que o estádio Elói Braz Sessim começou a ser construído. O estádio levou três anos para ser construído e consumiu na época, cerca de R\$ 2 milhões de reais. Este foi o montante

estimado pela secretaria de planejamento do município, mas não se sabe ao certo até os dias atuais os valores corretos.

Localizado entre as avenidas Cidreira e Senhor Teixeira, o estádio de futebol foi o projeto mais ambicioso e grandioso desta onda expansionista. Construído para ser um símbolo de grandeza, utilizou uma das maiores paixões dos brasileiros: o futebol e conseguiu apoio de uma parcela da população para ser erguido. Mas o sonho virou um pesadelo, o impacto que esta obra causou na comunidade cidreirense foi muito danoso, além de colocar um fim na gestão que administrava o município, investigações do ministério público apontaram superfaturamento e desvios de recursos públicos para fins pessoais.

O estádio tinha capacidade para 18 mil torcedores, depois de inaugurado recebeu jogos do campeonato gaúcho de 1996 e da Copa Renner. Voltou a ser utilizado em 2007 no campeonato estadual. A Sociedade Esportiva e Recreativa Cidreira S.E.R Cidreira, disputou a série B, do campeonato gaúcho em 1996, e a série C do campeonato gaúcho em 1997.

No ano de 2006, a prefeitura municipal, o governo do Estado e investidores privados firmaram um acordo para reformar o estádio, que seria utilizado então para a retomada das atividades esportivas e de projetos sociais que o mantivessem ativo durante o ano inteiro, mas o fim da parceria com a Federação Gaúcha de Futebol, que alegou falta de estrutura e os custos altos para realizar os jogos, e por não conseguir cumprir os acordos com Estado, o estádio entrou em decadência, não resistiu e tornou-se um grande elefante branco, virando motivo de piadas fora e dentro da própria comunidade.

Foto 24 – Reforma do Estádio Sessim, em 2006



Fonte –Arquivo. Amigos do CPC, ano da reforma.

O Internacional de Porto Alegre disputou o primeiro jogo do campeonato Gaúcho de 2007, nada de anormal, mas o que tornou relevante aquela partida foi que o clube recém havia se sagrado campeão mundial de clubes em 2006 contra o Barcelona da Espanha em torneio organizado pela FIFA e bastante comemorada pela sua torcida que estava no estádio.

Foto 25 – O estádio em uma partida do campeonato gaúcho de 2007



Fonte – Arquivo, amigos do CPC

O estádio recebeu jogos do Grêmio, Internacional, S.E.R Caxias, Juventude, Ypiranga de Erechim, São Luiz de Ijuí e Brasil de Pelotas pelo certame regional; na Copa Renner, jogaram Peñarol, Nacional do Uruguai, Grêmio e Sport Recife, estes times eram patrocinados pela empresa de tintas Renner.

Hoje, o estádio está à mercê do tempo e foi corroído pela maresia, devido às dívidas e desvios gerados durante sua construção. O local virou ponto de encontro de usuários de drogas, descarte de lixo e animais mortos. Até os dias de hoje não se sabe quanto foi gasto para construção do estádio. Com descaso do poder público perdeu-se uma grande oportunidade de projetos para jovens que gostavam de esporte.

As obras que prometiam expansão urbana e desenvolvimento para aquela área também fracassaram, pois ao longo dos anos mesmo com todo esforço para manter o estádio e melhorar seu entorno caiu no esquecimento e toda a área se tornou marginalizada tornando-se uma marca negativa para a comunidade. O estádio abandonado e marginalizado impulsionou a desvalorização da área.

A distância da beira-mar e da área central, e sua localização, na franja periférica da cidade, onde o valor fundiário é bem menor do que em bairros nobres e centrais, mas a falta de infraestrutura e o abandono pelos órgãos municipais e fiscalizadores trouxeram problemas como o descarte de lixo, violência urbana. Alguns terrenos acabaram sendo abandonados pelos seus proprietários ou vendidos abaixo do valor de mercado ou indo à leilão por dívidas com a prefeitura. Terrenos ociosos no espaço urbano, entram em degradação, ficando vulneráveis a movimentos de ocupação irregular, este é um dos pontos mais sensíveis nestes movimentos de transformação urbana.

As propostas expansionistas que contaram com as grandes obras nestes quatro primeiros anos de governo foram importantes, pois algumas trouxeram resultados positivos para a expansão urbana do município de Cidreira. A descentralização dos serviços com a criação de novos polos econômicos que atraíram novos investidores e aceleram as melhorias em infraestrutura nos modais viários do município e desta maneira melhorando a integração entre os bairros e o centro foi um avanço significativo.

A construção do ginásio de esporte em 1997, encerrou este ciclo conturbado do movimento expansionista, além de local para prática de esportes e eventos das escolas municipais, serviu para a comunidade como centro de convenções para reuniões em que a comunidade debatia assuntos referentes às

mudanças e melhorias a serem pleiteadas. Durante um período serviu com centro de festas gastronômicas da cidade, como a Festa do Camarão, Garota Verão e Formaturas. Na parte externa do ginásio havia salas que abrigavam projetos sociais para comunidades carentes, que contemplavam cursos de informática, aulas de dança, cursos profissionalizantes, entre outros.

Os muitos investimentos em infraestrutura que ocorreram no município, buscaram a expansão dos eixos urbanos e alguns tornaram-se determinantes neste processo. A criação do hospital de emergência 24 horas Centro integrado de saúde, Eva Dias Melo em 1998, ajudaram a alavancar os investimentos na avenida Fausto Borba Prates. A localização escolhida para implantação do hospital possibilitaria um melhor acesso, pois ficaria mais centralizado proporcionando um melhor escoamento para fluxo de veículos e ambulâncias a todos os bairros e comunidades vizinhas.

O hospital ampliou as especialidades clínicas em atendimento, além dos clínicos gerais, passou a ter especialistas em pediatria, cardiologistas, ginecologistas, recebeu uma estrutura em equipamentos e ficou melhor aparelhado com raio X, ultrassom e exames no atendimento aos moradores permanentes. O hospital foi construído na avenida Fausto Borba Prates que, tinha necessidade de investimentos infraestrutura, uma vez que seu calçamento era muito precário, a avenida estendia a malha urbana mais a sudoeste e contemplaria as comunidades dos bairros Francisco Mendes e Ildo Meneghetti, melhorando a relação intraurbana daquela região, o hospital ficou ao lado da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Raul Pilla.

A criação do hospital acelerou o investimento em infraestrutura, pois com aumento da demanda na procura de atendimento, a avenida Fausto Borba Prates necessitou de melhorias como asfalto, nos passeios, na iluminação e contemplou também as ruas laterais para agilizar a saída de emergência quando necessária.

A localização onde o hospital foi instalado acabou beneficiando uma parte da população que morava mais distante do centro urbano do município e passou a atender moradores dos bairros próximos, além dos distritos da Costa do Sol e do Balneário Pinhal e distrito do Túnel Verde, pois até emancipação de

Balneário Pinhal eram da jurisdição do município de Cidreira, que atendia à demanda da população e turistas de todas estas comunidades nas temporadas de verão,

Com o passar do tempo começaram a deslocar-se, para esta região outros comércios e no entorno do hospital instalou-se, lancheiras, pequenos comércios do gênero alimentício (minimercados), farmácias, agentes funerários, agentes imobiliários. O aumento do fluxo de pessoas interessadas em adquirir terrenos as imobiliárias passaram a comercializar novas glebas de terras, visto que aquela área se valorizou, pois mesmo ficando em uma das zonas mais periféricas dos municípios. O hospital foi um dos primeiros vetores importantes para expansão do eixo urbano fora da área do central direcionando o foco da administração para novos projetos de descentralização de serviço na área da saúde e educação, que começaremos a tratar já no próximo parágrafo.

A construção de outros postos de saúde no município foi muito importante, pois beneficiou os moradores locais principalmente as famílias em vulnerabilidade social que buscavam por atendimento e precisavam fazer longos trajetos para chegarem aos postos que ficavam distantes de seus bairros de origem. Além disso, novos moradores começavam a fixar residência no município, profissionais da educação, e profissionais liberais, comerciantes e construção civil aumentando a demanda na área da saúde.

Foram construídos ao todo três novos postos de saúde; PSF 1, Brisas na rua: Ajecir Nunes da Silveira no centro, Costa do Sol 2, rua Begônia, PSF 3, no bairro Ildo Meneghetti, na rua: Idalino Ferreira Fraga, todos os postos que foram construídos tinham como objetivo uma melhoria no atendimento da população alocando a mesma para postos mais próximos de suas residências desta maneira a prefeitura estaria encurtando e evitando um deslocamento maior ou uma concentração maior nos postos nas áreas centrais sobrecarregando-os.

As melhorias na avenida Fausto Borba Prates, que iniciaram em 1998 com a duplicação e asfalto da via trouxe maior mobilidade urbana, pois ligaria todos os principais bairros do município e se tornaria um novo polo econômico estando localizada próxima da área onde havia se instalado o supermercado Asun. A avenida acabou sendo um marco. Este investimento possibilitou uma

valorização nos terrenos localizados a margens da avenida, além de ampliar o eixo de extensão urbana da cidade, iniciava na RS-784 criando um novo acesso até o município de Balneário Pinhal sem passar pela área do central na avenida Mostardeiro.

As melhorias em infraestrutura possibilitaram que a avenida Fausto Borba Prates com o passar tempo se transformasse numa das principais vias de acesso para o município e num terceiro polo econômico, com serviços de segurança predial, postos bancários, restaurantes e empresas telecomunicações de telefonias. Urbanisticamente o projeto da construção de um passeio central onde a comunidade com pista de esporte e para ciclistas, proporcionou a população uma área para atividades físicas e cartão postal, na cidade.

Houve um processo de valorização imobiliária nesta área onde casas residenciais foram colocadas à venda para surgimento de prédios comerciais e o processo de transformação foi ocorrendo gradativamente, outros atores chegaram e intensificaram as mudanças que ampliaram o crescimento e a dinâmica econômica da região.

Foto 26 - Avenida *Fausto Borba Prates*

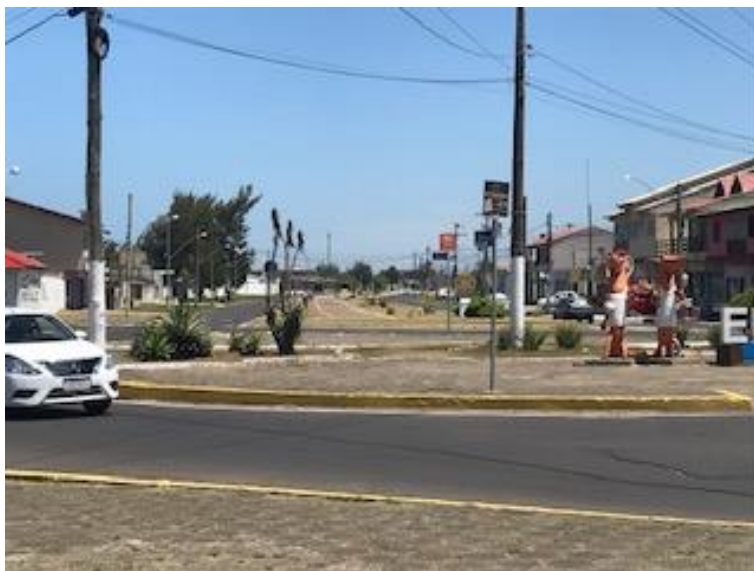


Foto: Rótula da Av. Fausto Borba Prates. Autor: Vitor Hugo Oliveira, em 28/10/2020

5) A TERCEIRA ONDA (DE 2001 ATÉ OS DIAS ATUAIS): OS INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: DESENVOLVIMENTO OU CRESCIMENTO?

Este capítulo tem como proposta analisar como a terceira onda foi direcionada buscando focar na implementação de políticas públicas estes investimentos procuraram melhorar e aumentar os aparelhos que atendiam a população e foram muito importantes na descentralização dos serviços e para desenvolvimento do município. As três áreas que receberam este aporte de investimentos foram educação com a implantação de escolas e creches, na saúde através de novos de postos, as Unidades de Saúde da Família (PSFs), cujo objetivo era trazer melhorias para o atendimento da população com residência permanente no município, a terceira área foi a dos transportes públicos.

O período tem na gestão pública como principal agente de transformação espacial. As obras em equipamentos na área da saúde, educação e Transportes, em bairros desprovidos de infraestrutura de atendimento, os investimentos buscaram atender à crescente demanda nestes serviços para suprir à carência da população envolvida. E contribuíram na organização do espaço urbano do município. As gestões trabalharam com a descentralização dos serviços, evitando o colapso em nas unidades de saúde e educação nas escolas e creches do município.

Os investimentos que já ocorriam na avenida Fausto Borba Prates trouxeram uma maior mobilidade urbana, pois além, de ser a via de acesso ao município tornou-se uma avenida expressa eficiente. A avenida teve um papel importante na nova dinâmica econômica se transformando em um importante eixo comercial.

O crescimento da populacional já gerava problemas, já que o município sofria com a falta de escolas, postos de saúde, empregos e moradias adequadas. Desta maneira vamos ver neste capítulo dividido por setores de serviços públicos e privados prestados que foram se agregando na conjectura sócio-espacial do município de Cidreira inicia sua caminhada para século XXI, o dividiremos em partes que focam as áreas da educação, saúde, esportes e

serviços privados que aportaram se houve avanços e novas oportunidades para população.

Os investimentos em infraestrutura urbana para o município melhoraram a cidade. Sendo notório que este crescimento contribuiu para o surgimento de novos bairros, como a Antena onde sua localização esteja em uma área de ocupação imprópria para a habitação, na zona periférica do município, ou do bairro Francisco Mendes, que vê na sua urbanização um crescimento muito rápido e se expande para os cordões de dunas e tem entre seus moradores famílias em situação de vulnerabilidade social. O crescimento urbano é um dos pontos que levaram as gestões deste período de 2001 até os dias atuais a implementar uma série de obras voltadas a atender esta população.

As melhorias propostas pelas gestões estão concentradas na busca de soluções dos problemas causados pelo aumento da população, que fixou residência no município. O aumento de construções em áreas periféricas de bairro que já estavam na franja urbana do município com habitações precárias e localizadas em áreas de preservação causaram muitos transtornos e sobrecarregaram os sistemas de saúde e educação, pois a falta de escolas e creches e postos de atendimento afetam as famílias e os trabalhadores do município.

5.1 As novas escolas e ginásios esportivos nos bairros

Um dos pontos a ser destacado foi as construções de novos prédios além dos investimentos em reformas nas instituições de educação no município, a reforma na E.M.E.F. Ildo Meneghetti, no distrito da Costa do Sol, em 2000, e acompanhada da construção do ginásio de esportes em 2005. Por ser uma região de população muito discriminada por ocupar as dunas frontais da beira de praia o distrito sofre com a violência urbana e tráfico de drogas. Neste ponto a escola é um importante espaço de recuperação e inclusão social, pois existem muitas crianças em situação de risco. A escola é o espaço educacional e social mais importante na formação das crianças e jovens que residem da zona A do Distrito da Costa do Sol, a Escola Ildo Meneghetti é a segunda maior escola do

município, tem um papel social determinante no processo de inclusão para a população. A escola atende os alunos dos anos iniciais e fundamental, além do EJA.

O ginásio de esportes foi construído para ser utilizado pela escola e comunidade, local. O ginásio da Costa do Sol tem importante relevância, assim como o que foi construído na Chico Mendes que muito mais que centro esportivo para crianças, jovens e adultos, atende a comunidade como centro comunitário e profissionalizantes em eventos festivos, quando os moradores necessitam, estes dois objetos estão ligados a secretaria de educação.

No distrito da Costa do Sol, por ser uma região muito deslocada do eixo urbano central do município, a escola e o ginásio tornaram-se importantes espaços de recuperação e inclusão social, pois existem muitas crianças em situação de risco na comunidade.

Um dos principais objetivos foi melhorar o atendimento da população localizada no distrito da Costa do Sol e estes investimentos chegaram em região com grande densidade demográfica o distrito se expandiu para áreas de dunas e faixa de marinha, com construções das mais variáveis tornando-se um subúrbio com um grande percentual de pessoas em vulnerabilidade social, uma subprefeitura foi criada para administrar as demandas do distrito.

O Bairro Chico Mendes é um dos mais carentes de Cidreira, e na comunidade, muitos de seus moradores estão sem cadastro na prefeitura uma parte dos seus moradores estão em áreas impróprias para habitação formando quase uma favela, há muito tempo reivindicavam um espaço educacional para as crianças em fase alfabetização e uma creche. A construção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mendes, ocorreu no ano de 2000.

A criação da escola veio para cumprir o desejo da comunidade do bairro, além da importância desta construção seguiu a linha dos projetos da administração de desafogar as escolas do município, aumentando o número de vagas no sistema educacional, deste modo privilegiando as crianças do bairro que não teriam mais que deslocar-se para outras escolas distante do seu núcleo residencial. O ginásio foi construído em 2005 para ser utilizado pela escola e comunidade, local, mas também para barrar a ocupação irregular que se

intensificava nos lotes que eram de domínio público. Hoje é utilizado para trabalhos sociais junto à comunidade em oficinas de profissionalizantes, prática de esportes e reuniões das associações comunitárias.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental anos iniciais Alfredo Pedro está localizada no Parque dos Pinus, foi reformada no ano de 2002 para séries iniciais até o 5ºano primário para suprir a demanda do bairro.

Seguiram na onda de ampliação das escolas de ensino fundamental, a construção da E.M.E.I Tio Silvio, em 2000, no centro, próximo ao supermercado Asun; a E.M.E.I Tio Moisés em 2000, no Distrito Costa do Sol; a E.M.E.I Vovó Jura, a E.M.E.I Tio Jorge Calderon, no Parque dos Pinus todas voltadas para atendimento de bebês como maternal e creches e a primeira alfabetização.

O município construiu o Centro de Atenção ao Educando Aline Sessim Ferreira Fraga (CRAE), em 2005 para atender alunos com necessidades especiais. O município contava com mais três escolas antigas muito importantes, a Escola Municipal Marcilio Dias, e duas escolas estaduais, E.E.F.M Raul Pilla, e a E.E.E.F Herlita Silveira Teixeira em 1994.

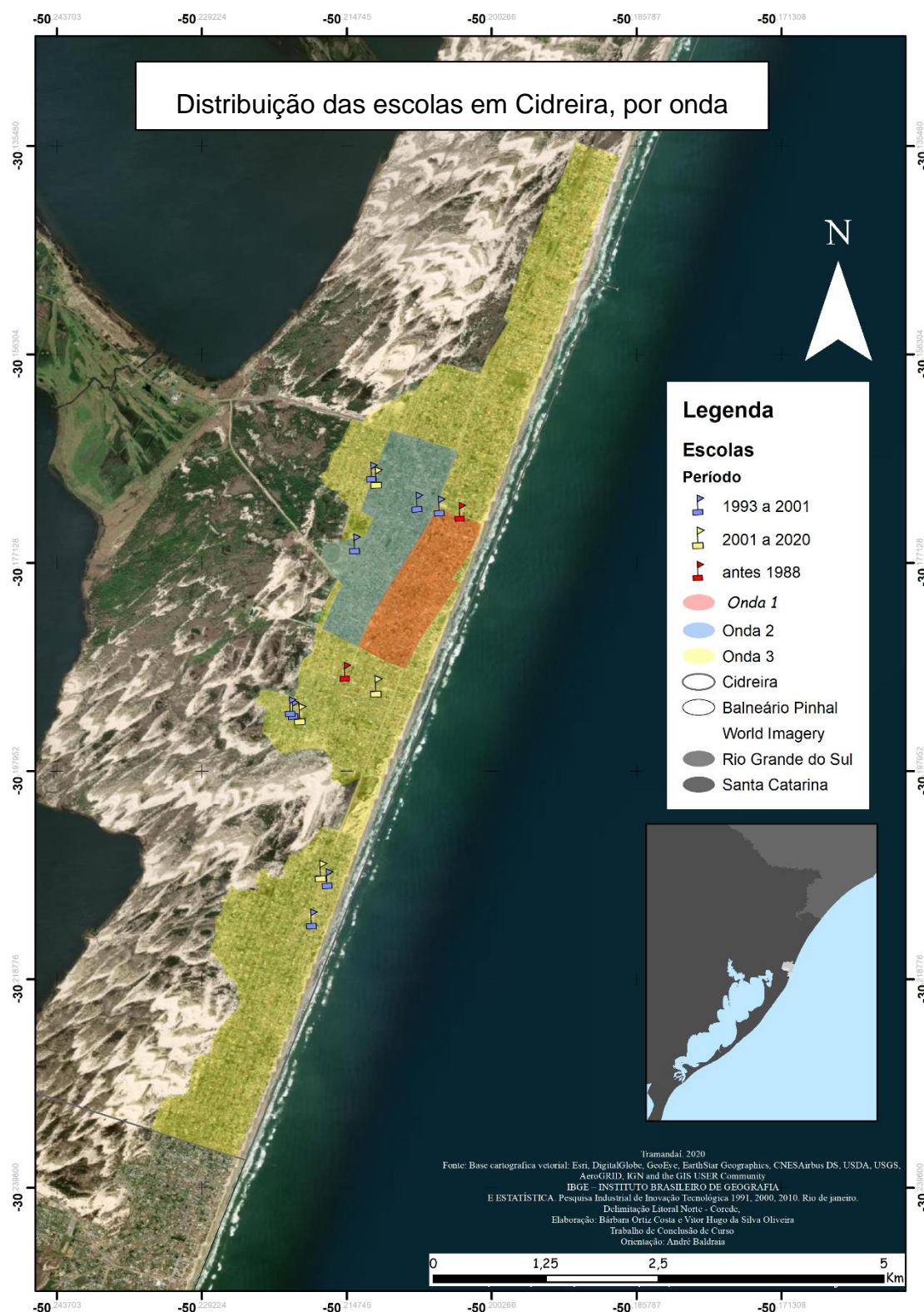


Figura 9 - Escolas, no município de Cidreira, por período de instalação.

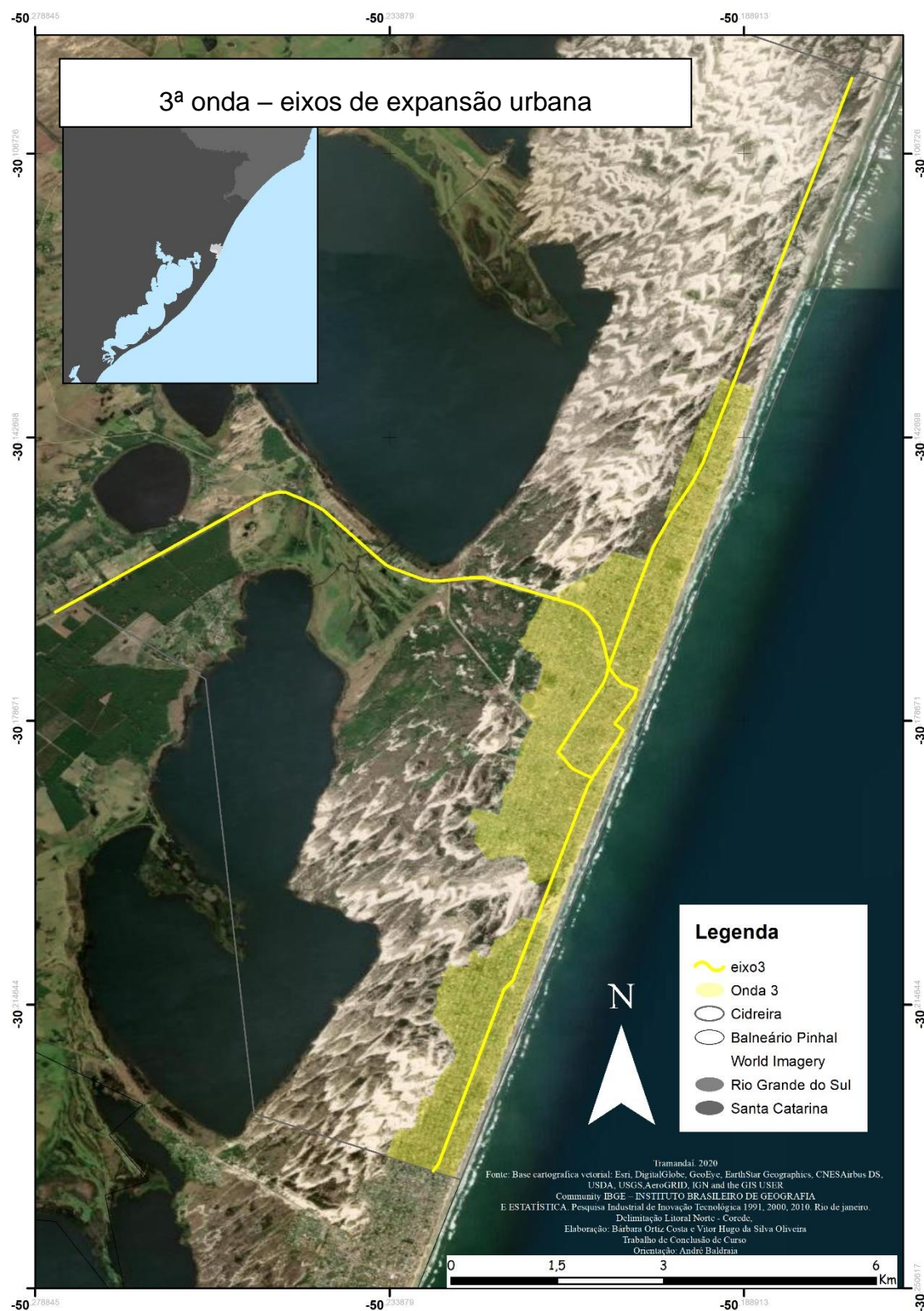


Figura 10 – 3ª Onda – Eixos de expansão urbana

Um momento importante do município foi reforma da SAPC, para receber a Universidade do Rio Grande do Sul (UERGS), que instalou a universidade em um prédio que pertencia à Sociedade Amigos da Praia de Cidreira (SAPC), totalmente reformado estava localizado na área central da cidade. Foi uma das iniciativas que gerou muitos empregos na comunidade local, movimentando a rede hoteleira de pousadas e casas para alugar devido ao número de alunos de outras cidades que vieram em busca do ensino universitário. Na área da educação, a Universidade ofereceu uma série de cursos, destacando-se o curso de Pedagogia o projeto durou dois anos, e era a menina dos olhos de Cidreira, posteriormente devido a um jogo político a UERGS, mudou-se para município de Osório.

5.2 Os postos de saúde

O sistema de saúde recebeu aportes significativos os cinco principais bairros ganharam investimentos em novos postos em equipamentos de saúde, que começou a mudar já na segunda onda, com a construção do posto de saúde do Distrito na Costa do Sol inaugurado em 1998, e Brisas do mar no centro localizado próximo ao supermercado Asun em 1999 e hospital 24 horas em 1997 na avenida Fausto Borba Prates.

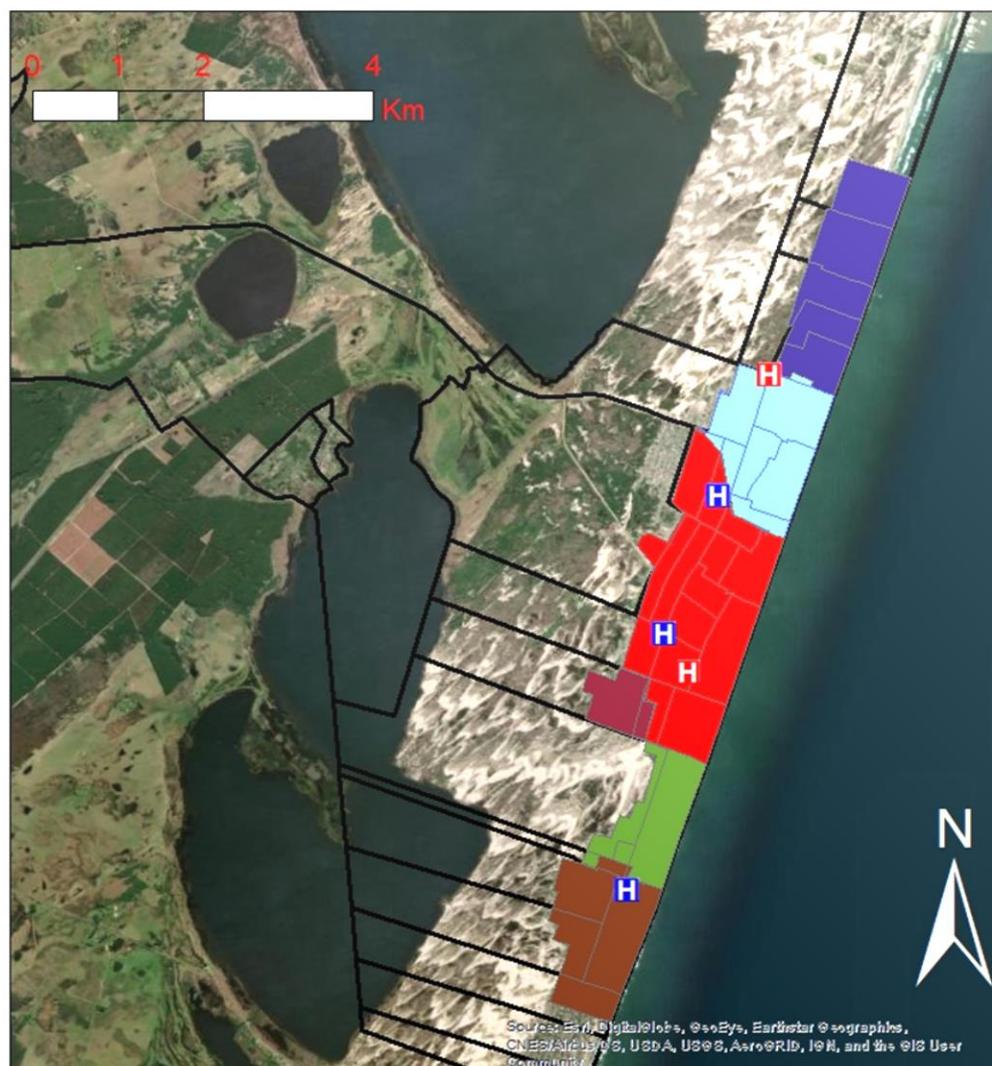
O posto de saúde, do PSF 3, Chico Mendes foi inaugurado ano 2018, e seguia o planejamento dos administradores com aumento da população do bairro Chico Mendes a demanda para ter acesso ao sistema de saúde do município se intensificou. O posto procurou atender a população de baixa renda e com problemas de saúde estas unidades seguem a proposta de aumentar o atendimento dos moradores do bairro evitando o deslocamento para outros postos de atendimento. Junto com os postos surgiram políticas públicas dos agentes de saúde comunitária que cadastram os moradores de seus bairros e definiam seus postos de atendimento, e o projeto médico em sua residência que atendia a zona rural o bairro da fortaleza no município.

Em 2016, o posto Caminhos do Farol foi entregue para os moradores ele atende os bairros Salinas, Nazaré e Antena; em 2018 foi inaugurado o PSF 3

Dunas Claras, que atende os moradores dos bairros Ildo Meneghetti e Francisco Mendes. O município contava com uma farmácia popular que iniciou com recursos municipais e logo foi integrada a algumas políticas federais para atender com remédios sem custo para toda população da comunidade. O conjunto de equipamentos ficaram consolidados neste período em todos os bairros, distantes do centro, melhorando o atendimento específico na área da saúde.

Outros investimentos ganharam destaques, foi no âmbito social como a Casa de Passagem, local reservado para receber crianças e jovens de menores residentes do município, que sofriam com abusos sexuais, violência doméstica e abandono. O abrigo é amparado nas leis do Estatuto de Jovens e Adultos (ECA), que foi construído em um terreno da prefeitura. A grande parte destas crianças e jovens vinham geralmente dos bairros Chico Mendes, Parques dos Pinus e Antena, com visível situação de vulnerabilidade social.

Mapa dos postos de saúde e suas ondas de criação



Legenda

Bairros

- Centro
- Chico Mendes
- Costa do Sol
- Ilho Meneguetti
- Nazaré
- Salinas

Ondas PSFs

- H 1993 a 2001
- H 2001 a 2020

Figura 11 – Equipamentos públicos de saúde

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da Secretaria de Saúde de Cidreira

5.3 As melhorias na malha viária secundária

O município começou uma série de investimentos como objetivo de melhorar o acesso às vias secundárias que dão acesso as principais avenidas, como a Fausto Borba Prates, a Giácomo Carniel e a Podalírio Machado. Muitos bairros não tinham calçamento, as melhorias eram necessárias, pois a população sofria com os alagamentos, principalmente, no inverno e a dificuldades de acesso. Outro problema era o transporte coletivo precário; a falta de ruas pavimentadas não atraía agentes deste setor para investir neste modal.

Um empresário local colocou em funcionamento a primeira empresa privada com concessão municipal de um sistema de transporte coletivo, possibilitando a implantação de linhas urbanas com micro-ônibus atendendo aos bairros de todo município, proporcionando um melhor deslocamento para populações mais distantes do centro.

A melhoria dos eixos viários beneficiou a própria prefeitura no deslocamento dos ônibus do transporte escolar. Outros agentes privados começaram a instalar-se no município fomentando a economia e gerando empregos para município.

A partir de 2012 houve uma serie de investimentos com olhar voltado ao turismo, como a recuperação de praças e áreas abandonadas pelo poder público. A criação de um calendário anual que buscou focar nas principais festas locais organizadas pelo município, com a intenção de atrair turistas o ano inteiro primeiro com as duas festas religiosas que ocorriam a festa da padroeira Nossa Senhora da Saúde, da Igreja Católica, a festa de matriz africana de Iemanjá, e a festa do Camarão, mascote símbolo do município. Este evento em outras épocas movimentou a gastronomia local.

A reforma do terminal turístico de Cidreira, junto ao Santuário de Iemanjá para receber os devotos e centros de tradição de matriz africana foi muito importante para município, movimentou o distrito da Costa do Sol, revitalizando o local, com estrutura para ônibus e seus visitantes. Além de retirar da obscuridade, pois a festa era muito criticada por outras religiões ao integrar o

calendário de eventos e com restauração e construção do terminal turístico que recebe os ônibus que chegam de caravanas de todas as partes do estado.

Nas semanas que antecedem a festa alguns comerciantes pleiteiam espaços comerciais para vender alimentos, flores e ornamentos que embelezam a festa, impulsionando o comércio local.

Foto 27– Imagem de Iemanjá.



Foto: Imagem de Iemanjá, autor: Vitor Hugo Oliveira em 15/02/2020

Foto 28 – Terminal turístico



Fonte: Terminal de eventos de Iemanjá, autor: Vitor Hugo Oliveira em 25/09/2020

Em 2017 o calçadão Kanitã, começou a receber melhorias em seu entorno. Um novo calçamento é feito, novos postes de iluminação, seu calçadão é ampliado e dá-se início a construção de uma grande pista de *skate* e ciclismo para prática de esportes radicais.

Há um projeto audacioso sendo elaborado pela secretaria de turismo que é a criação de uma trilha ecológica para jipeiros, para entrar no calendário regional, vem sendo desenvolvido para se tornar um evento de grandes proporções.

5.4 Os investimentos dos agentes privados

O principal setor que instalou-se foram as empresas de telecomunicações com os serviços de telefonia e internet até então precários no município, trazendo um conjunto de serviços com mais qualidade, torres de retransmissão melhorando o sinal e serviços de fibra ótica, que possibilitou empresas como as lojas Lebes, O Boticário, redes de materiais de construção como a Redemac, Construbem e Almac; de segurança como CINDAPA e Beira-Mar. Além de uma agência lotérica da Caixa Econômica Federal e postos bancários do Bradesco. Em 2020 o município recebeu uma filial das lojas Quero-Quero (foto 26), empresa que se instalou na rótula da avenida Fausto Borba Prates.

Foto 29 – Loja Quero-Quero



Foto: Rotula Av. Fausto Borba Prates fachada autor: Vitor Hugo Oliveira, em 25/10/2020

5.5 Rodoviária

Em 2008, a mudança da rodoviária do centro da avenida Mostardeiro, para rua Manoel Braz de Lima (antiga nordeste) acabou alterando a dinâmica urbana em relação ao local de chegada e partida das pessoas que se deslocavam para município. Com o crescente movimento no centro, por causa dos shows que se realizavam na Concha Acústica, a aglomeração causada pelas pessoas atrapalhava a mobilidade urbana em relação a circulação dos coletivos no centro.

A transferência para outra área era necessária após reunião entre o Departamento de Estrada e Rodagem (DAER) e a prefeitura, a rodoviária ganhou novo endereço na rua Manoel Braz de Lima, esquina com a Giácomo Carniel. Os comerciantes do centro não gostaram muito desta mudança principalmente os do ramo de bares e restaurantes, pois alegavam que prejuízos em seus negócios. Apesar da resistência, do ponto de vista de mobilidade urbana, os resultados foram positivos e houve ampliação dos horários na alta temporada passando das 22 horas para 00:00 horas. Este último horário de embarque e desembarque não era possível mais no centro.

Foto 30 – Novas instalações da Estação Rodoviária de Cidreira



Foto: Estação Rodoviária, Giácomo Carniel, autor: Vitor Hugo Oliveira, em 25/10/2020

5.6 Condomínios fechados e conjuntos habitacionais populares

O município a partir da implantação de seu plano diretor e os zoneamentos urbanos passou a permitir a criação de conjuntos residenciais em forma de condomínios, principalmente nos bairros Salinas e Nazaré. Atualmente existe somente um condomínio fechado de padrão classe média no município chamado Lagoa Country Club, com sistema de monitoramento 24 horas.

Em 2012, a prefeitura começou a implantar junto a Caixa Econômica Federal (CEF) o projeto Minha Casa Minha Vida e construiu em uma primeira etapa 40 casas em um total de 100. Não entregou nenhuma casa aos inscritos, que eram famílias de baixa renda, na faixa 1 dos financiamentos habitacionais.

A questão é que o conjunto habitacional foi construído em cima de uma grande área de terras que a prefeitura confiscara por falta de pagamentos fiscais e atraso no IPTU, o proprietário entrou na justiça retomando o terreno impossibilitando a entrega das casas para os mutuários contemplados. Isso ocorreu por falta de documentos legais junto à Caixa Econômica Federal. Outro fato que chamou a atenção foi a forma com que as casas foram construídas e seus serviços de infraestrutura como saneamento básico, desrespeitando as leis

e normas de parcelamento do solo que constam no plano diretor vigente desde 2011 no município constituída nas leis assim descritas abaixo.

A Lei de Parcelamento do Solo.

Seção II- Dos Instrumentos Complementares

Art. 7.º São Instrumentos complementares ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano os Planos Setoriais, o Código Obras e o Código de Posturas do Município:

Parágrafo Único: Os Planos Setoriais deverão conter as diretrizes específicas e a definição de normas setoriais para as áreas de habitação, transporte e mobilidade urbana e saneamento básico considerando:

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social;

PlanMob - Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana;

PlanSaB - Plano Diretor de Saneamento Básico.

No dia o qual estava tirando as fotos para complementar a pesquisa conversei com dois cidadãos inscritos no projeto da prefeitura. Inscrita desde 2012, a senhora Rosemery Silveira e seu marido o senhor Paulo Rogério da Silva caminhavam pelos prédios e relataram a angústia estarem esperando pela moradia.

O conjunto habitacional não tem saneamento básico e utiliza fossa séptica. O acesso ao local é precário e a iluminação não existe. A reclamação da mutuarista contemplada é que além da demora para entrega das unidades é o abandono dos objetos que já foram saqueados e invadidos por outros moradores próximos do local.

O interesse do município em urbanizar aquela região acabou atropelando as próprias normas e leis estabelecidas pelo próprio poder executivo, e acabou frustrando um projeto que poderia ter sido conduzido de uma maneira mais condizente. Entende-se que a prática de expansão urbana mesmo com todas as leis e normas hoje exigidas pelo plano diretor acabam não sendo cumpridas, e tudo continua como sempre foi no litoral norte. CORRÊA (2001), afirma que.

O Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam. Segundo Samson (1980), a atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa. CORRÊA (2001, p – 45).

Em suma, os processos de expansão urbana no município de Cidreira são novos, embora no caso das casas populares continua a expressar o mesmo modelo de segregação para população mais pobre e vulnerável das cidades, com projetos mal elaborados, longe da região central, em uma zona de risco e a mercê dos poderes paralelos das cidades modernas.

Foto 31– Entrada do conjunto habitacional popular



Foto: Conjunto habitacional popular casas. Autor: Vitor Hugo Oliveira, em 25/10/2020

Foto 32 – Entrada do conjunto habitacional popular



Foto: Acesso ao conjunto habitacional popular, autor: Vitor Hugo Oliveira, em 25/10/2020

Foto 33 – Casa conjunto habitacional popular



Foto: Casas de conjunto habitacional popular. Autor: Vitor Hugo Oliveira, em 25/10/2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou o processo de transformação urbana do município de Cidreira e teve como objetivo procurar responder as questões da produção espacial no meio urbano pertinentes à geografia. Diante disso era preciso entender como se desenvolveu a produção do espaço urbano de Cidreira e quais foram as consequências para a população além de analisarmos como foi planejado o uso do solo urbano. Em resumo: o processo beneficiou os agentes hegemônicos e reforçou a segregação socioespacial no município.

Para tanto, trabalhamos a partir das hipóteses de mudanças na Constituição Brasileira, em 1988, a descentralização dos serviços públicos, as gestões municipais e suas ideias voltadas para turismo; as melhorias em infraestrutura e a situação econômica do então novo município foram, nos primeiros anos, as grandes molas propulsoras para o crescimento e o desenvolvimento econômico do município de Cidreira. Entretanto, tais processos são preñhes de contradições.

Ao longo do período analisado a economia mudou, houve melhorias em infraestruturas em diversas regiões do estado, bem como houve a melhoria da BR-101 com a duplicação da estrada que dá acesso às praias do estado vizinho. Esse fator contribuiu para o esvaziamento das temporadas em localidades paisagisticamente menos atrativas como Cidreira, Balneário Pinhal e Quintão.

Os verões não ocorrem como há trinta anos, quando famílias inteiras se deslocavam para suas férias. O que aconteceu foi uma mudança no comportamento da sociedade, que acabou alterando os momentos de lazer e descanso, alterações nas jornadas de trabalho e novos vínculos trabalhistas mudaram (encurtaram/fracionaram) os períodos de folga e formaram um cenário complexo para as cidades litorâneas e seus administradores.

O município de Cidreira buscou em primeiro lugar organizar-se administrativamente, este movimento ficou bem claro na primeira onda descrita no trabalho, embora havendo uma consolidação urbana havia carências em muitos setores públicos e falta de equipamentos. Serviços que não existiam como instituições financeira, bancos, correios, cartório, tabelionato, foram

disponibilizados proporcionando, em certa medida, a expansão do espaço urbano.

Consequentemente, o movimento expansionista relatado na segunda onda, ocorreu de maneira acelerada e tinha objetivos bem definidos de produzir espacialmente lugares que tinham a finalidade de tencionar os serviços voltados para o turismo criando uma identidade para município, como as obras da Concha Acústica, a remodelação dos calçadões na área central e a criação de um circuito gastronômico. Ao mesmo tempo, os investimentos privados foram incorporando-se à cidade, gerando uma diversificação econômica nos setores econômicos. Os lugares foram se adaptando, se transformando com o tempo, todavia estavam atreladas as variáveis econômicas, sociais, das leis e normas e sofreram com os impactos exógenos e endógenos, ora vindo da política e suas esferas, ora do mercado de consumo que dita o ritmo do que é moda incluindo os lugares e seus espaços; assim, por vezes, o desenvolvimento é acelerado ou entra em estagnação. Cidreira também sofreu não foi exceção. O município precisava se reinventar e buscar uma maneira de gerir novos recursos, pois as temporadas de verões estavam mudadas.

Na terceira onda, com o crescimento da população impulsionada pelas oportunidades de trabalho na construção civil e com a diversificação dos setores econômicos, proporcionados pelos investimentos privados que trouxeram novos postos de trabalho para o município, por exemplo, a partir da abertura de filiais de redes de comércio que foram instalando-se no município. A dinâmica econômica atraiu novos moradores e era preciso organizar o espaço urbano, que avançava no sentido oeste, onde os bairros de periferia se ampliaram e necessitavam de investimentos, não só em infraestrutura, mas em equipamentos públicos para servir as famílias que ali se instalaram. Essa expansão urbana teve impactos ambientais, pois já ocupava uma área de dunas, sem condições para moradia.

Ao realizar a análise por período, ou como chamamos: ondas. O trabalho buscou o olhar macro para município sem esquecer que as mudanças ocorreram em uma dimensão micro e fragmentada, e talvez passando despercebida pelas administrações que se sucederam-se ao longo destes trinta anos. Mas cada um

foi encontrando as soluções ao seu modo e foram montando a cidade como um quebra-cabeça, que passava pela vida econômica diferenciada que ocorre no litoral.

Ao longo dos doze meses, as cidades litorâneas do Estado, como costume pensar vivem uma montanha russa econômica, pois em apenas três meses tem-se a farta entrada de recursos financeiros, eventos culturais e pessoas de todas as partes em seu convívio e de repente tudo acaba no último fim de semana do carnaval. É esse o pano de fundo da vida cotidiana no município.

O crescimento econômico apresentado pelo município não foi voltado à resolução de problemas locais, como a carência de serviços, como saneamento básico e uma melhor gestão na área de saúde. Estes são os grandes problemas que todas as gestões ignoraram. Grande parte das residências ainda tem o uso de fossa comum e outra parcela de fossa séptica.

Na área de saúde a ampliação do número de postos de saúde melhorou a qualidade no atendimento básico, mas ainda faltam especialistas para atender a demanda da população. O hospital é precário, pois só atende emergências e tem sua capacidade reduzida na temporada causando transtornos para a população nestes períodos sazonais.

Um outro ponto relevante é o aumento das áreas de ocupações irregulares ou impróprias para habitação, que não analisamos com ênfase no trabalho, mas que vem ocorrendo de maneira sistemática no município acarretando dificuldades para as gestões municipais, uma vez que é necessário atender esta população excluída ou em vulnerabilidades sociais para acolhimento na sociedade cidreirense. A ocupação destas áreas impróprias para habitação também causa um impacto ambiental muito grande, afetando as regiões de dunas frontais na beira da praia ou mais para o continente oeste nos cordões lagunares e mananciais de lagoas e lençol freático. Este aspecto não foi levado em consideração no momento da segunda onda, quando houve a melhoria da malha viária e a criação dos novos centros foram empurrando parte da população carente do município para franja urbana. Problema comum aos

grandes centros urbanos, mas somente agora reverberado no processo de urbanização de Cidreira.

Há de ressaltar que a melhoria nos equipamentos e nos serviços básicos prestados pelo município, a criação de escolas e postos de saúde, dignificou e humanizou o atendimento aos munícipes, o transporte coletivo e escolar agilizou o deslocamento integrando mais os bairros à cidade. Mas ainda é insuficiente.

Podemos concluir, que as alterações no espaço urbano de Cidreira buscaram dinamizar a economia local, que possuiu a conciliar, compartilhar ou integrar os dois períodos distintos que o litoral tem ao longo do ano a lotação no verão e os desafios da baixa temporada, aliada a toda esta dificuldade de estar integrada a estes novos tempos de consumo globalizado e lazer, aliando o movimento intenso da temporada de verão a continuidade econômica anual, visto que as cidades estão em constantes transformações no mundo globalizado. É de extrema importância para sobrevivência buscar alternativas que possam contemplar sua população local, sem destruir a paisagem e as belezas naturais que formaram primeiro o balneário, depois o distrito e hoje o município.

Estas questões, serão os grandes desafios para as futuras gestões: conciliar crescimento econômico com desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado, fato que neste momento não se ombreiam.

BIBLIOGRAFIA

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BRANT, Cristina. Thedim. **A criação de municípios após a constituição de 1988**; o impacto sobre a repartição do FMP e Emenda Constitucional nº 15, de 1988, Revista de informação legislativa, v.47, n.187, p. 59-75 jul./set., 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/198693>>. Acesso em: 11.05.2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015

BRASIL. Lei. Orgânica dos municípios. Art. 29 1988. Disponível em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_29_.asp> Acesso em 12. Out. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, editora. Contexto. 2007.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. Revista Formação Online, n. 18, volume 2, p. 39-62, jul./dez., 2011. Disponível em:<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/597/1226>> Acesso em 16.10.2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *in*: CARLOS, A.F. A. *et. al.* (orgs.) **A produção do espaço urbano**. São Paulo: ed. Contexto, 2011. p.41-5

CIDREIRA. Plano Diretor 2012, Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/cidreira/lei-ordinaria/2018/256/2561/lei-ordinaria-n-2561-2018-altera-a-redacao-do-artigo-128-da-lei-municipal>> Acesso em: 15.09.2020.

FERNANDES, Ana Clara. A cidade esparramada sobre a produção do espaço urbano industrial em Gravataí – região metropolitana de Porto Alegre-RS, 2008, (Dissertação Mestrado)., Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/13550>. Acesso em 15. Jun. 2018.

HARVEY, David. O direito à cidade. Publicado originalmente na New Left Review(link is external) 53, Set/Out, 2008. In. Esquerda Net A tradução é da Revista Piauí. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/o-direito-%C3%A0-cidade-por-david-harvey/30344#>> Acesso em:13.mai.2018.

KUCK, Gisele; PORTZ, Luana; GRUBER, Nelson. Ocupação da orla e os impactos socioambientais no município de Cidreira, Rio Grande do Sul Brasil. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 08, n. 04., 2015. Disponível em:

LEFEBVRE, Henri. A cidade e o urbano. In: **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74098. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MEYER, Regina Maria Proserpi. **Atributos da metrópole moderna. São Paulo em Perspectiva**, v. 14, nº 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000400002>. Acesso em: 23.05.2020

MOREIRA; DANTAS; MARTINS. **Algumas contribuições de Milton Santos para compreensão do plano diretor participativo das cidades**, Caminhos de Geografia, Uberlândia, v.16, n.55, p. 174-185 set, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>> Acesso em: 22.10.2020.

MARTINE, Felipe. Como sobrevive um dos últimos postos telefônicos do litoral norte. Zero Hora, 2016. Disponível

em:<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/verao/noticia/2016/01/com-o-sobrevive-um-dos-ultimos-postos-telefonicos-do-litoral-norte-4955883.html>>

Acesso em: 05.11.2020.

PINHEIRO, Ivan Antônio; MOTTA, Paulo Cesar Delayti. Significado e importância das emancipações: uma polêmica ainda não resolvida no Rio Grande do Sul. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 713 a 740, jan. 2003. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6499/5083>>. Acesso em: 15. Ago. 2020.

REINA, Michelly Lima; WHITACKER, Arthur Magon. Em busca de conceitos nos países periféricos. ANPEGE, 11. 2015, Presidente Prudente/SP. **Anais [...]. Presidente Prudente 2015. P. 1072-1083**

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. *Revista Direito a Cidade*, v.10. n. 3. P. 1334-1351 2018. Disponível em:<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/31328/26004>> Acesso em 16. Abr.2020.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano**: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 89-109, mar. 2011 . Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>>. Acesso em: 15.09. 2020.

ROMA, Claudia, Marques. Circuito inferior da economia urbana e cidades locais-híbridas, *Mercator*, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 23-36, abr./jun., 2006. Disponível em: www.mercator.ufc.br. Acesso em 18.08.2020.

RIO GRANDE DO SUL. SIDRA/ IBGE/FEE, publicados no Perfil Socioeconômico Corede Litoral, 2015. Disponível em:<<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134132-20151117102724perfis-regionais-2015-litoral.pdf>> Acesso em 15.08.2017

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4. Ed, 8º reimpr-São Paulo: Editora da universidade de São Paulo,2014

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**, 5, ed., 3. São Paulo: Editora Universidade de SÃO Paulo, 2013

SOUZA, Marcelo Lopes. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; 2003.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanismo**, 3º edição- São Paulo: Contexto, 1993.

TERRA, IVAN. Praia de Cidreira: História, cotidiano, cultura e sentimento. Cidreira, editora: casa de cultura do litoral;2007. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/livros/ivan-therra/praiadecidreira-historia-cotidiano-cultura-e-sentimento>> Acesso em: 10.08.2018.

TOMIO, Fabrício. Ricardo. Lima. **A criação de municípios após a Constituição de 1988**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo/SP, V. 17, n.48, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100006>>. Acesso em 15.05.2019.

ANEXOS

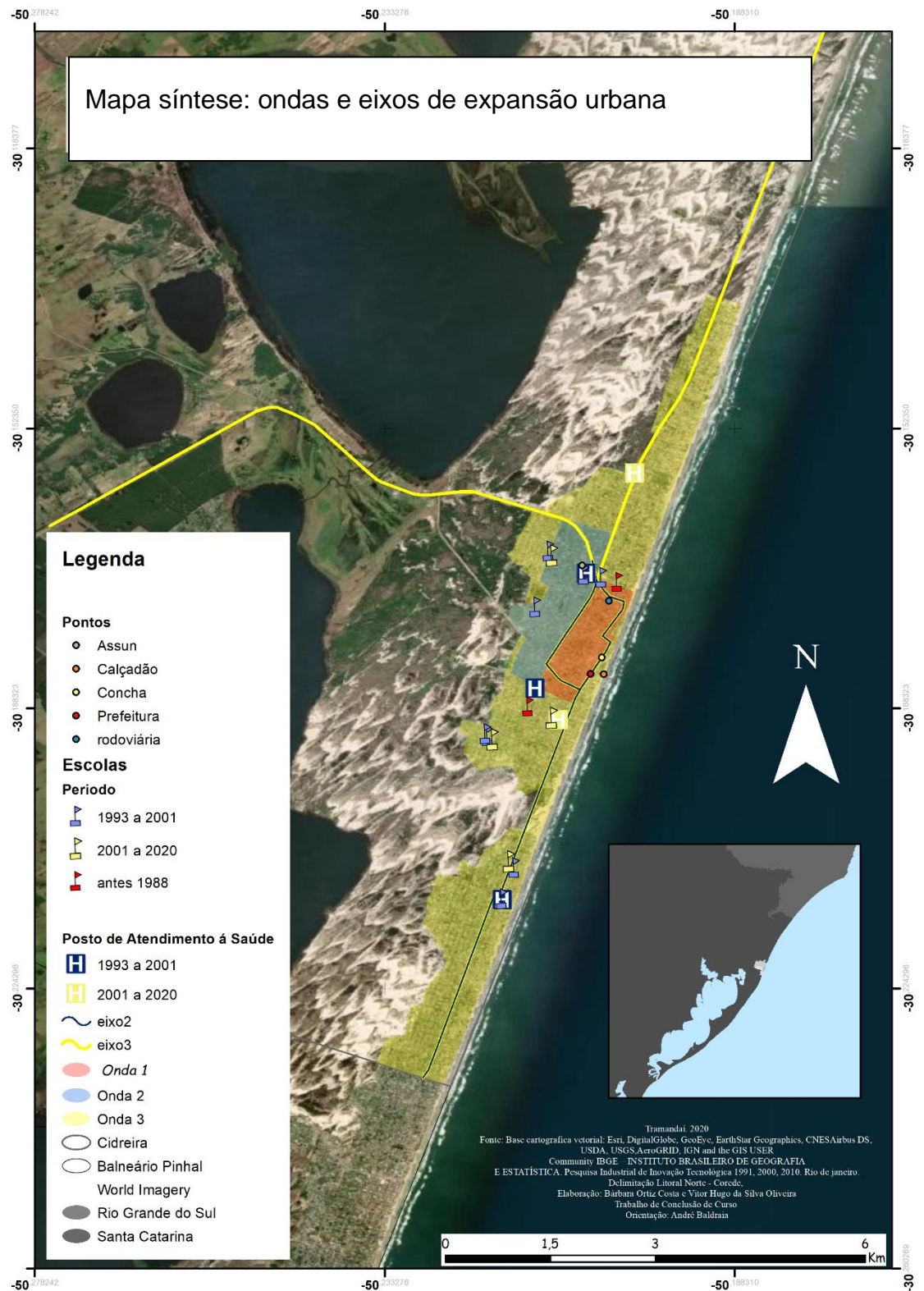


Figura 12 – Anexo 1 – Mapa de Síntese

Figura 13 – ANEXO 2 – Quadro de Intervencões espaciais determinantes para o processo de urbanização de Cidreira/RS

Intervenção espacial	Administração	Ano
Construção do prédio da prefeitura e da câmara de vereadores.	Remi Carniel (PMDB)	1990
Asfaltamento da avenida Giacomo Carniel	Remi Carniel (PMDB)	1992
Construção do Centro Integrado de Educação (CIEP)	Elói Braz Sessim (PTB)	1993
Ampliação da sede da prefeitura construindo mais dois andares.	Elói Braz Sessim (PTB)	1993
Construção do Calçadão na Avenida Mostardeiro. Construção da Concha Acústica Construção da Praça José Berger	Elói Braz Sessim (PTB)	1994
Construção do Shopping Asun	Elói Braz Sessim (PTB)	1994
Construção do Estádio Municipal (Sessimzão).	Elói Braz Sessim (PTB)	1994
Construção do Ginásio de Esportes. Implantação do hospital 24 horas. Implantação de três Postos Saúde da Família (PSF)	Elimar Pacheco (PSDB)	1997
Asfaltamento da avenida Fausto Borba Prates	Elimar Pacheco (PSDB)	1998
Costa do Sol inaugura a subprefeitura. Construído o posto de saúde da Costa do Sol	Elimar Pacheco (PSDB)	1998
Construção da casa da mulher Casa de passagem	Custódia Sessim (PTB)	2001
A Escola Municipal de Ensino Fundamental Ildo Menegheti	Gilberto Pires (PMDB)	2002

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mendes	Gilberto Pires (PMDB)	2002
A Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfredo Pedro	Gilberto Pires (PMDB)	2002
Construção do PSF 3 Chico Mendes.	Gilberto Pires (PMDB)	2003
Construção do Ginásio de Esportes da Chico Mendes	Gilberto Pires (PMDB)	2005
Construção do Ginásio de Esportes da Costa do Sol	Gilberto Pires (PMDB)	2005
Reforma da SAPC para receber a Universidade do Rio Grande do Sul (UERGS)	Gilberto Pires (PMDB)	2005
Asfaltamento de algumas ruas do município que provém acesso às vias principais.	Gilberto Pires (PMDB)	2007
Implantação da linha de coletivos com micro-ônibus atendendo as áreas de periferias	Gilberto Pires (PMDB)	2008
Melhoria no transporte escolar	Milton Bueno (PMDB)	2010
Aumento das áreas de ocupação irregulares Chico Mendes e Antena Implantação do Plano Diretor	Milton Bueno (PMDB)	2012
Autorização para a construção de condomínios fechados e pousadas no bairro Salinas	Milton Bueno (PMDB)	2013
Restauração e construção do Centro Religioso de Matriz Africana, que tem como símbolo a Imagem de Iemanjá.	Alex Contini (PP)	2016
Restauração do Calçadão Kanitã Restauração do Calçadão João Rios	Alex Contini (PP)	2017